Experimentar o discurso de ódio:

Respostas, estratégias de reação e intervenções

Manual

Smart for Democracy and Diversity

Co-funded by the Erasmus+ Programme of the European Union

Índice

Autores e reconhecimento 3
Introdução 4

I. Terminologia e perspetiva

Problemas com definições 9
A perspetiva negligenciada 10

II. Contextos do discurso de ódio

Quem são as pessoas afetadas? 17
Informações adicionais: o que é a Interseccionalidade? 19
Contextos - Quando e Onde 22

III. Respostas e estratégias de reação

Respostas imediatas 28
Estratégias de reação a longo prazo 34
Auto-organização e capacitação 39

IV. Intervenções e apoio

Infraestruturas de apoio disponíveis 44
Assistência institucional inútil 46
(Não) intervenção individual 49
A tragédia da não intervenção: Recolha de Citações 50

V. Conclusõe

Recomendações de base 52
Respostas e estratégias de reação 53
Intervenções: necessidades, desejos e boas práticas 56
Respostas e estratégias de reação: o que não fazer e más práticas 59
Intervenções: o que não fazer e más práticas 60

Anexo

I. Recomendações do art. 1 da Investigação de Midden Nederland (2020) .. 63
II. Recomendações do Relatório da Comissão Jo Cox, 2017 66

Autores e reconhecimento

OBRIGADO !

Autores:

Conceção, coordenação e análise de dados: Bohuslav Kuřík, Jan Charvát, Marie Heřmanová (*Charles University Praga)*

Autores de relatórios nacionais:

Alemanha: Jesper Schulze, Julia Sterk, Ngoc Minh Luong

Países Baixos: Willeke van Staalduinen, Javier Ganzarain, Sandra de Clonie

Itália: Sérgio Andreis, Angela Pagano

Portugal: Carina Dantas, Flávia Rodrigues, Luís Dias

República Checa: Marie Heřmanová, Jan Charvát, Bohuslav Kuřík

Gostaríamos de agradecer a todos os inquiridos que gentilmente concordaram em partilhar as suas histórias connosco. Os seus nomes e algumas das características foram alterados para proteger o seu anonimato e garantir a sua segurança.

Gostaríamos também de agradecer aos peritos e profissionais que concordaram em falar connosco e nos forneceram informações inestimáveis sobre as especificidades nacionais e conceitos relativos a discursos de ódio, casos e impactos.

Co-funded by the Erasmus+ Programme of the European Union

Este Manual foi criado no âmbito do projeto "Smart for Democracy and Diversity", financiado pelo Programa Erasmus+ da União Europeia, Ação-Chave Cooperação para a Inovação e intercâmbio de boas práticas. O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista dos autores, e a Comissão não pode ser considerada responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

Introdução

Para muitos cidadãos europeus, junho de 2021 foi o mês do futebol. O campeonato do EURO 2020 foi um dos primeiros eventos desportivos a ter lugar depois de mais de um ano de estádios vazios e adeptos desportivos confinados em suas casas sem poderem participar na sua atividade preferida. A visão dos adeptos que se reuniram nas cidades europeias e o regozijo com as vitórias das suas equipas era suposto ser alegre – e, na maior parte das vezes foi, mesmo no meio de toda a incerteza em torno de possíveis infeções por COVID-19. A propósito, junho de 2021 foi também o mês em que o governo húngaro, liderado por Viktor Orbán, primeiro-ministro, líder do partido no poder Fidesz e um dos principais defensores da "democracia iliberal", aprovou uma lei controversa que proíbe a representação de questões LGBTQI+ nos livros escolares húngaros sobre a pretensão de proteger os alunos contra a pedofilia e a sexualização. O facto de esta legislação ter sido aprovada não surpreendeu ninguém, dada a evolução política a longo prazo na Hungria e o seu lento, mas constante, caminho para uma sociedade autoritária populista e conservadora. No entanto, mais pessoas seguem o futebol do que os desenvolvimentos políticos na Europa Oriental, e é assim que a lei húngara anti-LGBTQI+ se tornou amplamente conhecida e discutida.

Numa série de eventos que começaram com os adeptos do futebol húngaro a erguerem bandeiras homofóbicas durante o jogo da seleção nacional contra Portugal, no Estádio Puska, em Budapeste [1], seguido de vaias aos jogadores irlandeses por “se ajoelharem” (take a knee), gesto que é amplamente interpretado como antirracista e feito por muitas equipas no início dos seus jogos de apoio ao movimento *Black Lives Matter* [2], e talvez culminando (mas não terminando) com a linha sobre a bandeira arco-íris projetada na Allianz Arena em Munique, Alemanha, o EURO 2020 deixou de ser apenas sobre futebol e tornou-se um evento político.

[1] https://www.theguardian.com/football/2021/jun/16/uefa-receive-report-on-homophobic-banner-at-hungary-v-portugal-match

[2] https://www.bbc.com/news/explainers-53098516

Photo by Clay Banks on Unsplash

Introdução

Estes acontecimentos refletem as tensões profundas e os conflitos culturais em torno do racismo, da discriminação e dos direitos das minorias. Quando os jogadores negros e muçulmanos da seleção nacional inglesa foram abusados nas redes sociais depois de terem perdido nas grandes penalidades a final contra a Itália, a Ministra Britânica do Interior, Priti Patel, recorreu ao Twitter para condenar os abusos (e tornou-se alvo de pessoas que a culpavam por ser hipócrita porque no início do mês tinha criticado o gesto de ajoelhar acima descrito como sendo demasiado político).

Há várias tomadas de posição sobre os acontecimentos e discussões acaloradas em torno da politização dos jogos do EURO 2020. Talvez a mais visível seja esta: no início do século XXI, a Europa continua a ter um problema de discriminação e de racismo. Embora o continente seja o lar de tantas pessoas diferentes de todas as cores de pele, orientações sexuais, géneros, nacionalidades e origens étnicas (e se tiver talento, tem a oportunidade de chegar a uma seleção nacional de futebol), nem todos gozam de igualdade de oportunidades, e, mais importante, nem todos são igualmente tratados. Os jogadores de origem negra e minoritária são tratados de forma diferente e podem ser vítimas de uma quantidade terrível de abusos, discursos de ódio e ameaças online, sempre que perdem (mesmo que por vezes todos no futebol ou em qualquer outro desporto percam). Outro ponto importante é o seguinte: se o destinatário de ódio e de abuso for um jogador de futebol famoso, milhares de pessoas e talvez até o Ministro do Interior Britânico e o Presidente da UEFA poderão defendê-lo, pelo menos em palavras, se não em ações.

No entanto, se é isso o que tende a acontecer às pessoas em posições privilegiadas, a questão permanece – e quanto a todos os outros?

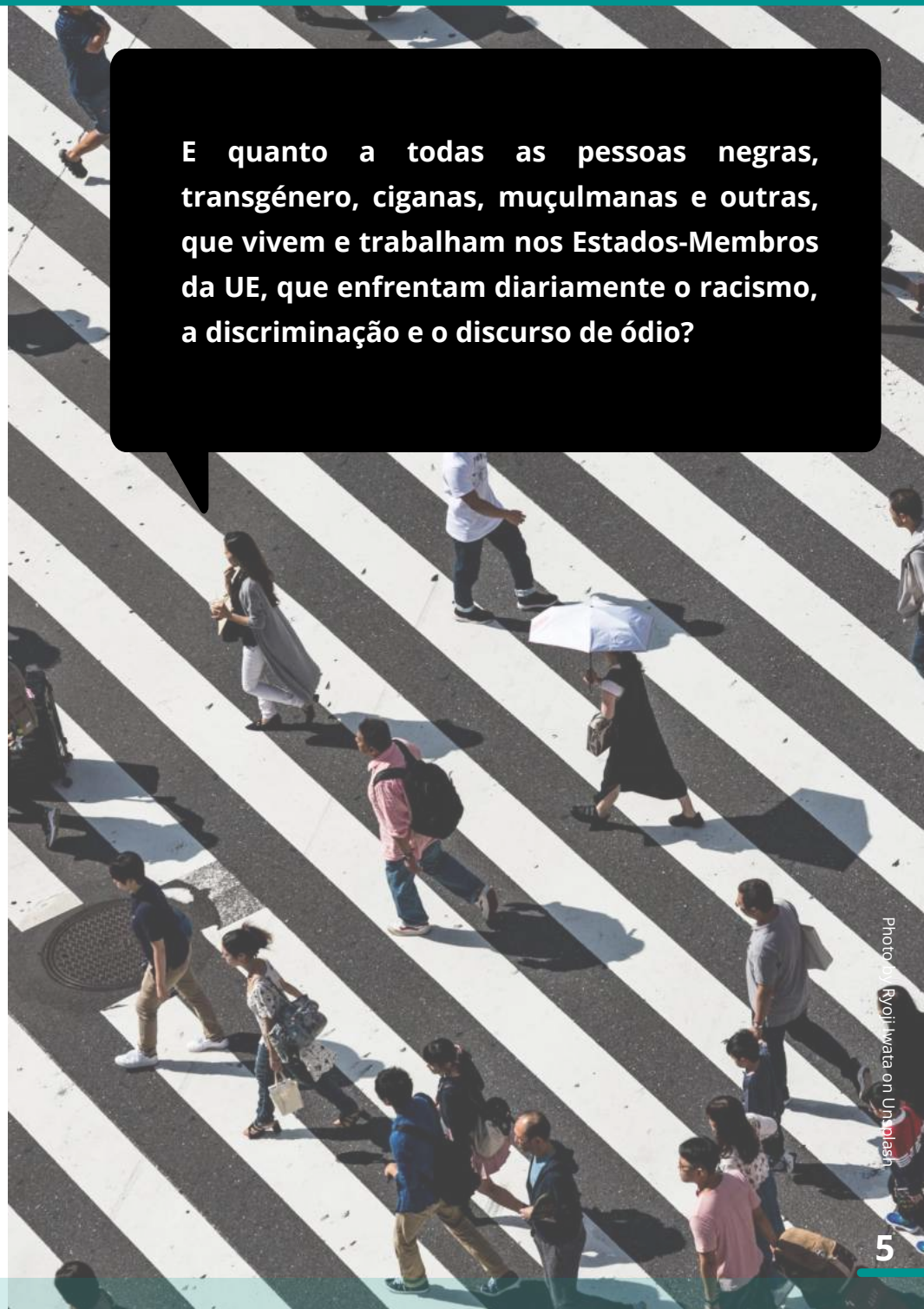


Photo by Ryoji Iwata on Unsplash

De acordo com o ODIHR, em 2019 foram registados 7.278 ataques de crimes de ódio na UE, sendo que quase metade deles (3.026) estão relacionados com racismo e xenofobia [3]. Como a maioria destes ataques não aconteceu a pessoas famosas, a maioria deles não chegou às primeiras páginas dos meios de comunicação social europeus. Nem sequer fizeram as manchetes dos meios de comunicação locais. De facto, os números acima referidos são enganadores, uma vez que a maioria dos ataques de discurso de ódio nem sequer chegam às autoridades para que sejam contabilizados como estatísticas, uma vez que nunca são reportados. No entanto, acontecem e são uma ocorrência quotidiana para milhares de habitantes da Europa. O objetivo deste Manual é contar as histórias que raramente são incluídas nas estatísticas e que, por vezes, até são difíceis de definir como discurso de ódio ou crimes de ódio, porque o seu carácter é evasivo. No entanto, não são menos graves e ameaçadores para aqueles que, por acaso, são os seus protagonistas, uma vez que afetam as suas vidas.

Discursos de ódio e crimes de ódio, por mais problemáticas que sejam as suas definições, são temas amplamente discutidos. A própria Comissão Europeia informa que o discurso de ódio e o crime de ódio têm vindo a aumentar constantemente nos últimos dez anos e reconhece que eles [4]

"... envenenam as sociedades ameaçando os direitos individuais, a dignidade humana e a igualdade, reforçando as tensões entre grupos sociais, perturbando a paz pública e a ordem pública, e pondo em risco a coexistência pacífica. Afetam a vida privada e, em casos de crimes de preconceito violentos, até mesmo a vida e a integridade física das vítimas. Estigmatizam e aterrorizam comunidades inteiras. Corroem a coesão social, a solidariedade e a confiança entre os membros da sociedade. O discurso de ódio bloqueia o debate público racional, sem o qual não pode existir democracia; leva a um abuso de direitos que põe em perigo o Estado de direito."

[3] https://hatecrime.osce.org/infocus/2019-hate-crime-data-now-available

[4] https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2020/655135/IPOL_STU(2020)655135_EN.pdf

Introdução

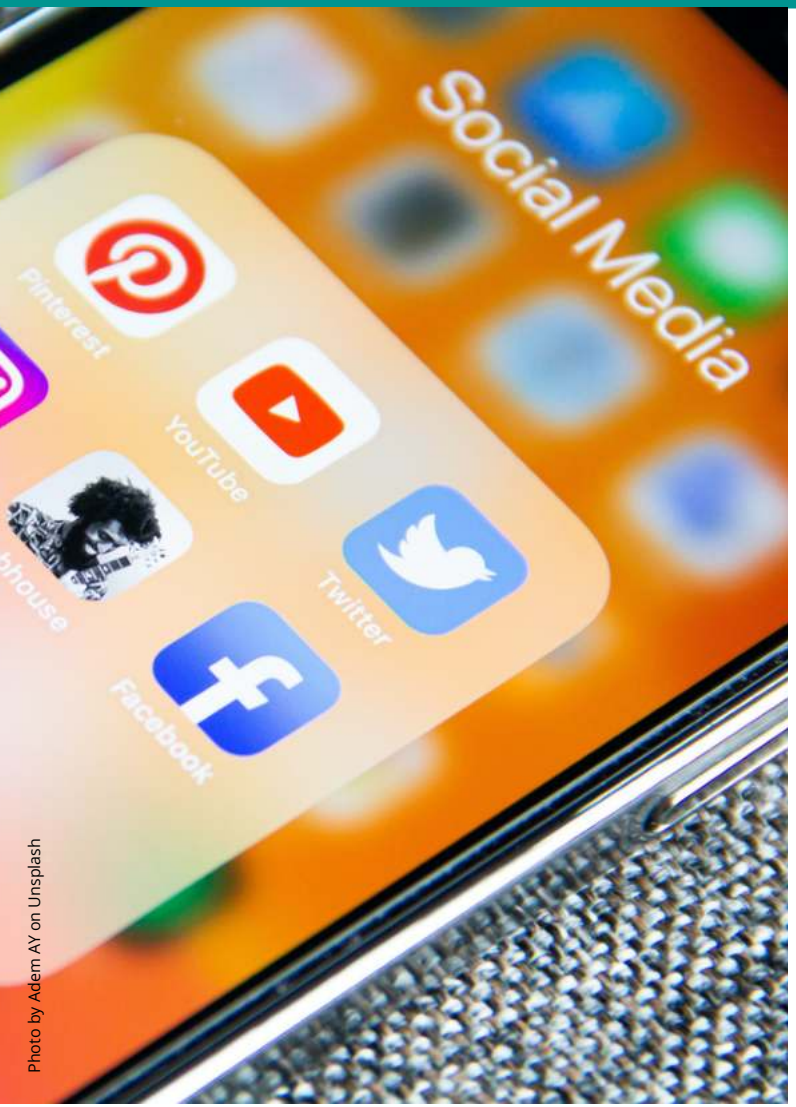


Photo by Adem AY on Unsplash

A razão pela qual o discurso de ódio e o crime de ódio estão a aumentar é múltipla e variada, dependendo dos contextos locais e nacionais. A chamada “crise migratória” que polarizou a Europa em 2015 desempenhou um papel significativo, uma vez que constituiu um desafio que era amplamente entendido como sem precedentes. No entanto, como muitos investigadores e analistas demonstraram [5], em muitos casos a crise migratória serviu apenas como catalisador de tendências antidemocráticas que há muito a procediam. O caso da Hungria, onde o primeiro-ministro Orbán conseguiu cimentar com sucesso a sua posição de salvador da nação quando se recusou a tratar os refugiados como seres humanos, é talvez o exemplo mais proeminente destas tendências [6]. No entanto, a expressão "viragem iliberal" foi cunhada muito antes disso, em 1997, pelo jornalista e pensador norte-americano Fareed Zakaria. Nos Países Baixos, por exemplo, as tendências islamofóbicas proliferaram após os ataques do 11 de setembro [7] e culminaram em torno de eventos históricos como o assassinato do cineasta Theo Van Gogh [8] em 2004. O recente aumento significativo dos casos de discriminação foi observado durante a era do populista de direita Geert Wilders. Os registos oficiais do Ministério do Interior Holandês mostram um aumento impressionante de 63,99% nos casos de discriminação reportados em 2014, quando Wilders fez campanha nas eleições locais. [9] Embora situações de discurso de ódio ocorram regularmente em espaços offline, surgiu um novo território onde as situações e dinâmicas de discurso de ódio proliferam, os espaços online, com os meios de comunicação social a serem os mais proeminentes.

Na República Checa, por exemplo, o conteúdo racista e discriminatório é frequentemente divulgado a partir de sites de propaganda ligados a fábricas de trolls russas (Troll Farms – grupos institucionalizados de trolls da internet que procuram interferir nas opiniões políticas e tomadas de decisões), pró-Putin, que ganharam uma influência significativa no espaço público durante a ocupação russa da Crimeia e o subsequente conflito violento em território ucraniano. Nas sociedades hiperconectadas da Europa (e do resto do mundo), a velocidade sem precedentes da comunicação que caracteriza as plataformas de comunicação digital alterou para sempre o panorama dos media e a forma como nos comunicamos uns com os outros.

[5] https://www.ingentaconnect.com/content/bup/gd/2019/00000009/00000001/art00021

[6] https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0268580920930591

[7] https://www.brookings.edu/research/the-biggest-problem-in-the-netherlands-understanding-the-party-for-freedoms-politicization-of-islam/

[8] https://web.archive.org/web/20070605110344/http://fra.europa.eu/fra/material/pub/muslim/Manifestations_EN.pdf

[9] https://www.rijksoverheid.nl/documenten/rapporten/2021/06/01/discriminatiecijfers-in-2020

Introdução

Embora as redes sociais como o Facebook tenham, sem dúvida, democratizado o discurso público e dado voz àqueles que não podiam ser ouvidos antes, também evoluíram numa arena selvagem e não regulamentada onde o discurso de ódio e os conteúdos nocivos fluem livremente e sem censura, e tanto os legisladores nacionais como europeus estão a ter dificuldade em alcançar as superpotências do capitalismo das plataformas. [10]

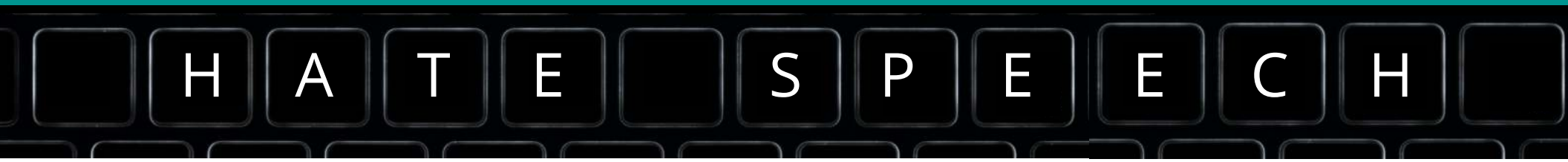
No entanto, a maior parte das informações disponíveis, incluindo os relatórios acima referidos, baseiam-se em declarações de peritos e em dados estatísticos. Tanto na investigação aplicada como na investigação académica, o principal foco está nos autores do discurso de ódio e do crime de ódio, ou seja, quem são, quais são as suas motivações e como podemos impedi-los de cometer crimes. Os efeitos quotidianos da discriminação, do racismo e do discurso de ódio e das suas manifestações subtis, evasivas, mas sempre presentes, são mais difíceis de capturar e analisar. No entanto, para todos os famosos jogadores de futebol que são forçados a ler insultos racistas na sua linha temporal do Twitter, há provavelmente milhares de lojistas, enfermeiros, profissionais domésticos, defensores dos direitos humanos, estudantes e muitos outros que podem ler nos jornais insultos racistas dirigidos a jogadores de futebol quando saem de casa. Estas são as pessoas que, no mesmo dia, podem ouvir os mesmos ou similares insultos racistas de pessoas aleatórias, quer estejam numa paragem de autocarro, numa loja ou no local de trabalho.

Muitos dos inquiridos que participaram na investigação realizada para este Manual falam de racismo e discurso de ódio como ocorrências quotidianas: ouvem ou leem todos os dias sobre alegações, e estão a ser alvo de acusações nos autocarros e comboios, por vezes por parte das autoridades até, etc. Para proteger a sua privacidade, os nossos inquiridos permaneceram anónimos neste Manual. No entanto, as suas histórias são reais, verdadeiras e vividas todos os dias. Os danos que sofrem, as lutas que enfrentam, as mudanças no seu comportamento que tiveram/têm de fazer para se manterem funcionais, e a sensação de serem vulneráveis e nunca se sentirem seguros e protegidos também são reais – e encontram um eco em todas as histórias dos cinco países onde recolhemos os nossos dados (Alemanha, Países Baixos, República Checa, Portugal e Itália).

[10] https://muse.jhu.edu/article/671987/summary

Photo by LinkedIn Sales Solutions on Unsplash

I. Terminologia e perspetiva



Problemas com definições

O discurso de ódio é definido na legislação da UE [11] como o incitamento público à violência ou ao ódio com base em determinadas características, incluindo raça, cor, religião e origem nacional ou étnica. Embora a Decisão-Quadro relativa à luta contra o racismo e a xenofobia abranja apenas o discurso racista e xenófobo, a maioria dos Estados-Membros estendeu as suas leis nacionais a outros motivos como a orientação sexual, a identidade de género e a deficiência. No entanto, as diferentes implementações do Quadro causam diferenças significativas na forma como o discurso de ódio é definido, tratado e processado em cada Estado-Membro. Na República Checa, por exemplo, a orientação sexual, o género e a deficiência não estão incluídos na definição, tornando assim o foco das autoridades estatais (e também dos relatórios de peritos) muito mais restrito do que, por exemplo, na vizinha Alemanha.

No entanto, tanto as legislações europeias como as legislações nacionais utilizam duas abordagens principais para definir e processar o discurso de ódio e o crime de ódio. Uma abordagem centra-se em quem é visado e, consequentemente, diferencia entre termos como bullying (visando indivíduos) ou discriminação (visando grupos). Em contraste, a outra abordagem baseia-se no conteúdo do próprio discurso (incitamento à violência ou ao ódio). Como resultado, na maioria dos casos o discurso de ódio e o crime de ódio são definidos pela combinação dos dois, ou seja, quem é a vítima (sendo a origem étnica, género, etc. a razão do ódio) e o que está a ser dito/feito (incitamento ou atos de violência).

No debate mais alargado sobre peritos e meios de comunicação social, o discurso de ódio e o crime de ódio são muitas vezes definidos ou percebidos de forma diferente com base no contexto em que ocorrem. Embora, em alguns casos, o discurso de ódio esteja principalmente associado ao discurso online, noutros aponta para um discurso racista e discriminatório em ambientes offline. Vários termos utilizados, tanto por peritos como por autoridades estatais e locais, como discurso de ódio, crime de ódio verbal, ódio online, ciberbullying, entre outros, conduzem a diferenças confusas na terminologia e, em última análise, obscurecem o cerne do problema – o facto de, independentemente das palavras que usamos para o descrever, o fenómeno em si se manifesta diariamente, tanto online como offline, verbalmente e não verbalmente.

É por isso que consideramos a perspetiva das pessoas afetadas pelo discurso de ódio e pelo crime de ódio o aspeto mais importante do debate em torno das definições. No entanto, a sua voz está quase sempre ausente deste debate.

[11] https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=LEGISSUM:l33178

No Manual, temos em conta todas as categorias acima, ou seja, quem é visado (aplicabilidade dos critérios de identidade de grupo), como (conteúdo) e onde (contextos) são visados. No entanto, complementamo-los tendo em conta o impacto que estes atos têm sobre aqueles que são afetados por eles. Nesta perspetiva, por exemplo, fazer uma distinção entre contextos online e offline não é significativo porque os frequentes comentários de ódio online terão impacto na forma como o visado se comporta offline, ou seja, quando sai de casa, como se move numa cidade, como está alerta em locais públicos, etc. Além disso, uma pessoa também pode ser afetada de forma diferente em diferentes contextos com base num papel específico: alguém pode ser atacado devido à sua religião, etnia, género ou por não se encaixar nos padrões de beleza de uma determinada sociedade. Uma circunstância geralmente não é separável da outra e é por isso que a segunda perspetiva importante que aqui usamos é a interseccional.

A perspetiva negligenciada

No domínio da discriminação, a questão de quem fala por quem, quem está representado e como, é de importância crucial, mas muitas vezes não é reconhecida. Um exemplo ilustrativo é a voz das pessoas discriminadas nos meios de comunicação social checos. De acordo com a nossa pesquisa, há uma desproporção muito clara em termos de foco nas vítimas vs. autores de discursos de ódio e crime de ódio. As vozes das pessoas afetadas pela discriminação e as suas perspetivas estão quase completamente ausentes. Cerca de 80% de toda a cobertura centra-se nos agressores, nas suas personalidades e motivações. Isto é ainda apoiado por resumos políticos, estudos e relatórios académicos (relatados nos meios de comunicação social e refletidos no debate público) que também se concentram esmagadoramente nos perpetradores. Assim, os agressores são descritos como pessoas com histórias, biografias e nomes, enquanto vozes e perspetivas de pessoas afetadas pela discriminação não chegam, em muitos casos, aos meios de comunicação social.

Photo by Amy Elting on Unsplash

A ausência e a negligência da perspetiva das pessoas afetadas pela discriminação não são curiosidades nem especificidades isoladas dos meios de comunicação social checos. Pelo contrário, essa negligência é sistemática, ocorre em toda a Europa e é replicada e expandida noutras esferas da vida, incluindo muitos estudos e teorias do discurso de ódio. Vários aspetos do discurso de ódio foram amplamente investigados nas últimas quatro décadas. O foco tem sido a sua regulação legal e constitucional (desde meados dos anos 80) e os processos de aprendizagem profunda com o objetivo de detetar o discurso de ódio online (desde 2010). Com poucas exceções, principalmente dos países de língua inglesa e alemã, a perspetiva das pessoas que são discriminadas e a forma como o discurso de ódio é experimentado por elas continuam a ser pouco estudadas. Um exemplo é o chamado Extremismo, um conceito altamente influente originário da Alemanha do pós-guerra, que foi entrincheirado pela primeira vez num discurso de forças policiais e serviços secretos e mais tarde (a partir do final dos anos 1980) sistematicamente desenvolvido por círculos académicos como Extremismus theorie – Teoria do Extremismo. Ao longo dos anos, o conceito tem-se afirmado como um instrumento de segurança crucial, bem como um guarda-chuva educativo utilizado pelo Estado alemão para enquadrar debates sobre a discriminação. Tornou-se também uma alternativa conceptual ao "crime de ódio", como é utilizado nos países anglo-saxónicos. Além disso, o conceito foi exportado com sucesso para outros países como a República Checa ou a Eslováquia, onde Ministérios do Interior, forças policiais, serviços secretos, tribunais, bem como secções de círculos académicos começaram a usá-lo na década de 1990.

O que é preciso salientar neste Manual é o seu foco unidirecional e unidimensional num criminoso - um extremista. O *Extremismo* [12] define agressores e perpetradores, mas negligencia a vida e as perspetivas das pessoas afetadas pela discriminação e, portanto, também os factos concretos do caso discriminatório.

Embora a negligência acumulada das vozes e perspetivas das pessoas que são discriminadas continue a ser um problema urgente e pendente em todos os espaços públicos de toda a Europa, os primeiros vislumbres da mudança vêm principalmente de baixo para cima, dos círculos ativistas e das organizações não governamentais. Para continuar com o exemplo alemão, após anos, ou mesmo décadas, de debates em círculos ativistas fechados, a problematização de quem fala por quem, e a falta de voz daqueles que são discriminados chegaram finalmente a partes maiores da sociedade, aos meios de comunicação social e a audiências mais vastas na arena pública. Entre muitas outras vozes, Tupoka Ogette e Noah Sow, ambos autores e formadores antirracismo, deram um contributo importante e amplamente notado para o debate com as suas publicações. [13] Descrevem a história do racismo e os modelos de pensamento e ação que ainda se baseiam nele e afetam o quotidiano. Esta constatação acompanha o facto de que os espaços ou discursos não são igualmente acessíveis a todos, e que as vozes também não são igualmente reconhecidas dentro delas. Numa entrevista de 2018, Noah Sow notou que havia desenvolvimentos importantes desde que o seu livro foi publicado em 2008. [14]

[12] https://www.bpb.de/politik/extremismus/rechtsextremismus/200097/debatte-extremismustheorie
https://sreview.soc.cas.cz/pdfs/csr/2018/05/05.pdf

[13] https://www.noahsow.de/dsw/ & https://www.exitracism.de/

[14] https://taz.de/Autorin-ueber-Rassismuskritik/!5493873/

Photo by Sincerely Media on Unsplash

Photo by Clay Banks on Unsplash

Por exemplo, existe agora um bom vocabulário para expressar experiências e a política que os rodeia. Há também um número crescente de outras publicações, bem como programas de redes sociais que abordam o racismo e a discriminação do ponto de vista das pessoas afetadas por elas.

Depois do ataque terrorista em Hanau, onde um homem matou nove pessoas por razões racistas, a cidade tentou incluir a perspetiva das vítimas e das suas famílias. A forma como a cidade de Hanau lida com isto é agora diferente da forma como muitas outras cidades alemãs lidaram com casos semelhantes no passado. Foram feitos esforços para envolver mais as famílias das vítimas, uma vez que, conscientemente, lhes foi dado espaço para se expressarem. No entanto, grande parte do trabalho de apoio dirigido às vítimas e às pessoas sujeitas a racismo foi feito, neste caso, pelas próprias famílias e pelos amigos com o apoio de organizações de autoajuda e ONGs. A hashtag #saytheirnames foi usada por famílias, ativistas e amigos para nomear aqueles que foram assassinados, e não apenas para centrar o discurso no agressor e nos seus motivos. Apesar de ter sido criticado por não ser suficientemente abrangente, esta abordagem é uma novidade para lidar com a violência racista e a perspetiva das pessoas afetadas por ela na Alemanha.

Assim, por um lado, há uma negligência cumulativa das perspetivas das pessoas afetadas pela discriminação, mas, por outro lado, há vislumbres de iniciativas para fazer as coisas de forma diferente e destinadas a respeitar essas perspetivas. O Manual esforça-se por contribuir para essas perspetivas e enriquecer espaços onde vozes, nomes, histórias e testemunhos pessoais de pessoas que são e foram discriminadas são seriamente tidas em conta. Afinal, a perspetiva das pessoas que sofrem de discursos de ódio deve ser respeitada como um princípio orientador, em vez de sugerir o que é melhor para elas ou ignorá-las como sem voz, incompetente e sem conhecimentos especializados. Mas não nos interpretem mal. Isto não se deve ao facto de não gostarmos de informações estatísticas. Pelo contrário. O nosso objetivo é complementar as estatísticas com histórias pessoais.

Durante a investigação e durante a elaboração do Manual, surgiu outro problema: **a terminologia**

Que palavras devem ser utilizadas para descrever experiências de pessoas afetadas pela discriminação do discurso de ódio?

Como devem ser chamados quando se escreve sobre eles em termos gerais?

A "*vítima*" em relação à discriminação diária e ao discurso de ódio no dia-a-dia é sempre um termo adequado?

Discutamos o termo "*vítima*".

Por um lado, é difícil imaginar como refletir e combater todas as formas de discriminação racista do sistema sem falar das vítimas do Holocausto, da segregação, do colonialismo ou da escravatura. Todas estas formas de discriminação geram injustiça, e é importante ter termos claros para designar aqueles que sofrem sob estas condições e são discriminados. Além disso, como a nossa pesquisa indica, o estatuto da vítima é importante nos processos judiciais e policiais, e muitos dos nossos entrevistados lutaram arduamente para que tal estatuto fosse concedido ao decidir denunciar as suas experiências com discurso de ódio às autoridades. Tornar-se uma vítima foi uma espécie de vitória para todos os entrevistados com experiências de denúncia de discriminação. Isto significava que eram oficialmente e legalmente reconhecidos não como simples destinatários do discurso de ódio num domínio não processável de princípios de liberdade de expressão, mas como vítimas de crimes verbais de ódio que deveriam ser protegidos pelo Estado.

Por outro lado, experimentar discursos de ódio no dia-a-dia é específico – são milhares de pequenas "mordidas" e "picadas" diárias e apenas um pequeno número desses atos são comunicados à polícia ou a outras instituições. E é precisamente nesta experiência específica de discriminação diária que a utilização do termo "vítima" é problemática. Há duas razões específicas para isso: negligência da agência e personalização da discriminação. **[15]**

O termo "vítima" está frequentemente ligado a uma ideia de passividade e impotência. Ao usá-lo para descrever pessoas que são afetadas pela discriminação diária, relativiza-se a sua capacidade de se defenderem como intervenientes em situações de discurso de ódio e discriminação. O termo "vítima" implica que um perpetrador está no controlo de toda uma situação de discurso de ódio e que a atuação dos outros é minimizada ou reduzida ao sofrimento. Muitas vezes, isto significa restringir demasiado o contexto. Todas as diferentes respostas, estratégias de reação, intervenções capturadas neste Manual obrigaram-nos a reconsiderar tal linguagem passiva. De que serve acentuar as vozes e perspetivas das pessoas afetadas pela discriminação, mas utilizando terminologia que negligencia ou restringe a sua atuação?

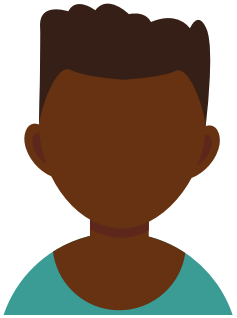
A segunda questão é sobre a personalização e a individualização da discriminação quando se utiliza o termo "vítima". Ser vítima significa recusar a dimensão estrutural e sistemática de discriminação racista, sexista, etc. a favor de um indivíduo atual e da sua história. Ser reconhecida como vítima em processos policiais e judiciais significa lidar apenas com indivíduos e ações atuais. Este problema foi apontado por um dos nossos entrevistados, Gianpaolo Silvestri. Silvestri é uma pessoa afetada pela discriminação LGBTQ+, mas ao mesmo tempo ele está politicamente organizado dentro de um movimento gay italiano de sucesso. Quando questionado sobre as suas experiências com situações de discurso de ódio como figura pública, respondeu que as suas respostas têm sido não violentas, embora vocais, porque acredita que as vítimas devem superar o seu "estatuto de vítima" reunindo-se, organizando-se politicamente e dando visibilidade ao discurso de ódio e à discriminação que tiveram de passar para "vencer a longo prazo". Assim, segundo Silvestri, a auto-organização política contra a discriminação é incompatível com o estatuto de vítima, uma vez que o primeiro pressupõe algumas formas de coletividade, enquanto o segundo está ancorado na individualidade.

[15] https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1361332990020103
https://educationjournal.web.illinois.edu/archive/index.php/pes/article/view/2029.pdf
https://europe.ohchr.org/Documents/Publications/OlderPersonsInEurope.pdf

Photo by Tito Texidor III on Unsplash

Em suma, é difícil encontrar termos que reflitam a realidade da violência estrutural, da discriminação diária e das peculiaridades das situações de discurso de ódio, reconhecendo ao mesmo tempo a gravidade e o sofrimento destes processos, sem descartar a atuação das pessoas afetadas pelo discurso de ódio e, ao mesmo tempo, tendo em conta as causas e soluções do seu sistema. Termos diferentes têm conotações diferentes para o debate público, discurso académico e pessoas afetadas pela discriminação e são, por conseguinte, consideradas adequadas ou inadequadas. Embora os debates públicos sobre este tema variem muito nos nossos respetivos países, decidimos seguir muitas organizações antirracistas que normalmente não usam o termo "vítima", a menos que se refira a assassínios racistas ou à violência policial. Assim, no Manual tentamos evitar o termo "vítima", a menos que estejamos a falar de pessoas que lutam para serem reconhecidas como vítimas de atos de discriminação e crimes de ódio no sentido jurídico. Em vez disso, preferimos escrever sobre "pessoas afetadas pela discriminação", "pessoas afetadas pelo racismo/sexismo", ou "pessoas em risco de experimentar discursos de ódio".

Photo by Sharon McCutcheon by Pexels



Conheça o Tobias

Exemplo 1

Está na casa dos 20 anos e vive atualmente numa grande cidade alemã. Cresceu e frequentou a escola com os seus irmãos numa pequena cidade da Baviera. Depois de terminar o liceu, deixou a pequena cidade onde vivia e mudou-se para outra cidade para estudar. O seu pai é negro e vem da Nigéria e a mãe é branca. Visita a Nigéria uma vez por ano para ver a sua família e conhecidos. A sua família também viveu em França durante algum tempo. Descreve-se como uma pessoa política e interessa-se pelas ciências humanas.

Tobias salienta que, como uma das poucas crianças negras da sua escola e no seu dia-a-dia, sempre se sentiu muito exposto. Os comentários racistas, especialmente os insultos, têm sido a ordem do dia desde que se lembra. Descreve-os como comuns e presentes em todo o lado. Quando fala da sua juventude, fica visivelmente irritado. Na grande cidade, diz ele, a vida é muito melhor do que na aldeia onde cresceu. É mais liberal, diz, e já não se sente tão exposto.

Foi repetidamente insultado com a palavra “P” quando era jovem, mesmo pelo seu professor, tanto que sentiu que tinha de fazer alguma coisa a respeito. Só uma conversa entre a mãe e o diretor conseguiu parar o comportamento do professor. Tobias recorda ataques e lutas, por exemplo, durante eventos públicos. Ele está certo de que estes ataques foram muitas vezes motivados racialmente. Ele também se lembra de pessoas a atravessarem para o outro lado da rua para evitar passar por ele.

Os exemplos de discriminação da sua juventude não lhe dizem apenas respeito a ele. Durante semanas, o pai foi detido pela polícia quase todos os dias durante a sua viagem de 40 quilómetros para o trabalho, e muitas vezes atrasou-se por causa disso.

Tobias também teve experiências extremamente negativas com a polícia. Detiveram-no repetidamente sem razão, como o único na multidão. Uma vez teve de se submeter a uma busca ao corpo na esquadra com as mãos no ar. Ele descreve este procedimento como estigmatizante porque muitas pessoas na pequena cidade onde ele vivia o conheciam. Numa ocasião diferente, uma noite, ele e alguns amigos foram mandados parar na estação de comboios. Tinha 17 anos na altura. A polícia focou-se especialmente nele e encontrou uma quantidade muito pequena de marijuana com ele. Foi levado para a esquadra e revistado várias vezes. Ao falar com a sua mãe, foi-lhe proibido falar francês. Os agentes da polícia foram então para sua casa. A sua mãe já não estava lá, pois estava a caminho da esquadra da polícia. No entanto, os agentes da polícia, apesar de não terem o direito legal de o fazer, entraram no apartamento e começaram a revistar o seu quarto. Ele descreve esta experiência como traumatizante e afirma que até hoje se sente muito desconfortável quando em contacto com agentes da polícia.

O seu pai ensinou-lhe desde cedo que ele tinha de ripostar e afirmar-se. Tobias diz que os amigos sempre estiveram ao seu lado. Os estranhos, por outro lado, tendem frequentemente a ignorar tais situações.

Ele não confia na polícia e é cético em relação a outras instituições. Desejava ter tido conhecimento dos serviços de apoio quando era mais jovem e enfrentava discriminação, mas não estava ciente da sua existência. Ele considera os eventos de informação realizados nas escolas, por exemplo, como atividades positivas. Presume que muita discriminação racista se deve à ignorância e espera que estas iniciativas educativas alterem esta situação.

Em geral, ele não se sente confortável na Alemanha. Diz que não planeia realmente ficar lá. Embora aprecie o mercado de trabalho estável da Alemanha e perceba que existem algumas vantagens financeiras se ficar, não quer sentir-se sempre vulnerável. Visitar a Nigéria é agradável para ele, uma das razões é que não se destaca por causa da cor da sua pele, algo que ele acha relaxante.

Quem são as pessoas afetadas?

Em geral, a nossa investigação demonstrou que as pessoas mais frequentemente expostas ao discurso de ódio são caracterizadas por um certo grau de "alteridade" que é visível publicamente. Assim, a proporção mais significativa de casos de discurso de ódio está relacionada com raça e/ou religião. As pessoas mais frequentemente sujeitas à discriminação do discurso de ódio são os imigrantes, mais concretamente pessoas de cor, muçulmanas, em particular as mulheres muçulmanas devido à forma como se vestem. Os grupos específicos de pessoas afetadas pelo discurso de ódio também variam de país para país (por exemplo, em Portugal, muitas vezes são afro-descendentes e da comunidade brasileira).

Existem dois grupos que estão entre os alvos mais frequentes do discurso de ódio em toda a Europa – pessoas ciganas e LGBTQI+, em particular pessoas transgénero.

Outro grupo específico são as pessoas com deficiência, que também são referidas como alvos do discurso de ódio.

Um ponto interessante neste domínio é a desproporção entre grupos identificados como afetados pelo discurso de ódio na República Checa e grupos semelhantes nos outros países. De acordo com as descobertas de organizações sem fins lucrativos que lidam com o crime de ódio, o discurso de ódio é mais frequentemente dirigido a pessoas ciganas (49%), muçulmanas (23%) e refugiadas (9%), com as duas últimas categorias geralmente sobrepostas.

Parece que a República Checa, com uma história mais recente de discursos de ódio e intervenções contra discursos de ódio, tem-se centrado apenas nos casos mais flagrantes de racismo, enquanto casos mais subtis, como os relacionados com LGBTQI+ ou pessoas com deficiência, ainda não foram abordados. Uma característica que distingue a República Checa é o elevado nível de ataques verbais contra os trabalhadores das ONGs, especialmente aqueles que lidam com refugiados.

Os grupos mais comuns que são alvos de discriminação documentada, crimes de ódio, estereótipos negativos e discurso de ódio incluem:

- Pessoas imigrantes / refugiadas
- Pessoas negras
- Pessoas muçulmanas
- Pessoas judaicas
- Pessoas ciganas e Sinti
- Pessoas LGBTQI+
- Pessoas portadoras de deficiência

Conheça a Maria

Exemplo 2

A Maria vive na cidade portuguesa de Coimbra. Tem 61 anos de idade e já tem bisnetos. A mãe da Maria é de origem cigana e o seu pai é português. Ela mantém orgulhosamente muitos costumes ciganos na sua vida quotidiana, embora não na forma como se veste. A família da sua mãe é de Lisboa e todos os seus parentes ciganos que vivem em Lisboa estão empregados (têm principalmente empregos industriais) e estão socialmente bem integrados. Ela sente que a comunidade cigana em Coimbra não está unida. De acordo com Maria, Porto, Lisboa e Leiria são diferentes porque as comunidades ciganas de lá permanecem unidas e levam a cabo muitas iniciativas relacionadas com as suas tradições. Em Coimbra, Maria tem mais amigos não ciganos do que ciganos.

Desde 2008, a Maria tem estado envolvida em vários projetos de inclusão, trabalhando a tempo inteiro durante um ano e meio, e recebendo bolsas ou subsídios de formação no resto do tempo. Enquanto trabalhava como empregada doméstica de limpeza, qualificou-se para a redução das prestações sociais. Depois trabalhou no setor social durante um ano e meio. O seu marido vende pastelaria a partir de uma caravana, mas a pandemia tornou o seu negócio muito difícil.

Quando os seus filhos eram jovens, ela sofria de muita discriminação. Lembra-se de estar no Hospital Pediátrico com a filha que tinha febre alta e estava a vomitar. A sala de espera no hospital estava cheia. Quando se queixou de que estava a demorar muito tempo a ser vista e que a filha estava muito doente, a trabalhadora à secretária respondeu: "Vocês ciganos têm o hábito de chegar aqui e pensar que têm de ser atendidos de imediato". A trabalhadora chamou um médico e disse: "Há aqui uma cigana que já está a gritar porque quer ser vista". Maria respondeu que tinha um bilhete de identidade e um nome e que o seu nome não era *"cigana".*

A experiência não foi totalmente negativa porque o médico que acabou por tratar a filha foi muito amável com ela e disse-lhe para não se preocupar com o comportamento da trabalhadora da secretária.

Outro caso de discriminação aconteceu quando Maria estava a passear com a mãe. Numa varanda havia uma mulher a alimentar um bebé. Quando viu a Maria e a mãe a passearem, disse: "Olha, bebé, come. Há uma mulher cigana que tira os bebés que não querem comer" A mãe de Maria respondeu que os ciganos não roubam bebés e que ela devia ter cuidado com o que dizia, uma vez que também há pessoas não ciganas que abusam de crianças. Maria recorda que a sua mãe era muito direta e expressiva, enquanto que a Maria gosta de pensar bem antes de falar. Ela está determinada a defender-se da forma que for necessária, mas sempre com delicadeza. No entanto, se Maria se encontrasse numa situação de grave discriminação, chamaria a polícia.

A Maria pensa que as pessoas não dão emprego a pessoas ciganas na sua cidade natal. Muito frequentemente, membros da sua família candidatam-se a vagas e marcam entrevistas, mas nunca são chamados. A ideia de que "os ciganos roubam e não querem trabalhar" ainda está muito presente. Devido a isto, alguns dos membros da sua família tiveram de se mudar para outra cidade para encontrar trabalho.

Maria pensa que o trabalho é a parte mais importante da vida. Ter um tempo de início e fim, conhecer os seus direitos e deveres é muito importante para a autoestima e autoimagem, diz ela. Na sua opinião, é melhor trabalhar do que ter apoios sociais, especialmente porque os apoios não são suficientes e levam muitas pessoas a cometer crimes ou a envolver-se em negócios obscuros e isso, mais uma vez, desacredita a imagem das pessoas ciganas.

O que é a Interseccionalidade?

O termo interseccionalidade foi cunhado pela primeira vez em 1989 pela socióloga americana Kimberlé Crenshaw. Embora desde então tenha sido usado, reconceptualizado e amplamente discutido no relativo sossego da academia de ciências sociais, os recentes desenvolvimentos políticos transformaram-no num chavão um pouco viral. Esta mudança conduziu à confusão e obscureceu o seu significado original. Independentemente do quanto é mal interpretado nos meios de comunicação social e no debate público, o termo em si não perdeu o seu valor analítico. Crenshaw usou o termo para descrever como características estruturais como raça, género e etnia se sobrepõem entre si e como a "intersecção" particular destas características causa acumulação de desigualdades na vida de uma pessoa. [16]

A experiência individual da Aura é colorida pelo seu género e nacionalidade; as suas lutas diárias com clientes exigentes ou clientes que se despem são o resultado destes dois factores que se interligam. A experiência da Aura com estereótipos nocivos e discriminação não pode ser explicada simplesmente apontando para uma ou outra categoria. É a intersecção da sua posição vulnerável como migrante e mulher que determina a sua experiência de vida na sociedade portuguesa.

Contamos a história de Aura, uma mulher brasileira que vive em Portugal, para ilustrar a interseccionalidade. Montou um estúdio de beleza em casa, onde serve os clientes. Recebe muitas vezes chamadas de potenciais clientes que pedem serviços sexuais. Aura diz que é porque é uma mulher do Brasil. Por vezes, quando os clientes descobrem que ela não é prostituta e não oferece serviços sexuais, perguntam-lhe: "Mas tu não és brasileira?". Teve até clientes que foram ao seu estabelecimento para massagens, mas acabaram por se despir, pensando que a massagem era sexual. A Aura refere-se ao estereótipo que existe na sociedade portuguesa sobre as mulheres brasileiras que se mudam para outros países para fazer trabalho sexual e "destruir famílias".

A experiência individual da Aura é colorida pelo seu género e nacionalidade; as suas lutas diárias com clientes que se despem são o resultado destes dois fatores que se interligam. A experiência da Aura com estereótipos nocivos e discriminação não pode ser explicada simplesmente apontando para uma ou outra categoria. É a intersecção da sua posição vulnerável como migrante e mulher que determina a sua experiência de vida na sociedade portuguesa.

Além disso, se olharmos para a experiência de Aura de uma perspetiva interseccional, podemos também explicar porque é que comportamentos e práticas que talvez não sejam prejudiciais (ou seja, esperar serviços específicos de uma mulher brasileira) são, de facto, racistas e discriminatórios porque se baseiam em preconceitos profundamente enraizados de como uma pessoa com as suas características (mulher, migrante, brasileira) deve comportar-se e qual é o seu lugar na sociedade. A interseccionalidade pode ajudar-nos a explicar como a discriminação é produzida explorando vulnerabilidades causadas pelas estruturas de poder fundamentais da nossa sociedade. Comportamentos discriminatórios são exibidos em encontros individuais, e práticas discriminatórias são certamente adotadas por indivíduos. No entanto, não desapareceriam se estes encontros fossem evitados, ou os indivíduos fossem educados. A teoria das desigualdades estruturais, que constitui a base da abordagem interseccional, explica, por exemplo, o racismo incorporado nas instituições, bem como os costumes que afetam tudo na nossa sociedade, desde o sistema educativo à vigilância do Estado. Nos seus trabalhos seminais sobre o racismo estrutural nos EUA, o sociólogo Loïc Wacquant analisa a opressão estrutural do povo afro-americano na sociedade americana e identifica as principais instituições de "raça" (escravatura, o sistema Jim Crow e aquilo a que chama um gueto em referência à segregação territorial do povo negro). No entanto, salienta que estas instituições

"... não se limitam a processar uma divisão etno-racial que de alguma forma existiria fora e independentemente deles. Pelo contrário, cada um produz (ou coproduz) esta divisão (de novo) a partir de demarcações herdadas e disparidades de poder de grupo e inscreve-a em todas as épocas numa constelação distinta de formas materiais e simbólicas." [17]

[16] https://scholarship.law.columbia.edu/books/255/

[17] https://newleftreview.org/issues/ii13/articles/loic-wacquant-from-slavery-to-mass-incarceration

No contexto deste Manual, a abordagem interseccional e o foco na acumulação de desigualdades estruturais são cruciais porque coloca as experiências individuais das pessoas aqui apresentadas no contexto de estruturas nacionais e globais que moldam as suas experiências quotidianas. Por último, mas não menos importante, a abordagem interseccional tem também de ser uma base para eventuais intervenções contra o discurso de ódio e a discriminação. Isto porque, tendo em conta o que acaba de ser dito sobre as histórias de Aura e muitas outras histórias semelhantes, é impossível reconhecer o mal que está a ser feito às pessoas afetadas pelo discurso de ódio sem reconhecer o seu aspeto estrutural.

Photo by Clay Banks on Unsplash

Conheça a Romana

Exemplo 3

A Romana é uma mulher checa de 40 anos que deixou o seu parceiro há sete anos depois de ter sofrido violência doméstica. Ela tem dois filhos desta relação e está a criá-los sozinha. Na altura em que deixou o parceiro, converteu-se ao Islão. Desde então, tem sofrido ataques verbais tanto do seu ex-parceiro como em público. Ela cria os seus filhos para serem abertos e deixa-os escolher as suas próprias crenças. A sua filha mais velha também se converteu ao islamismo.

Romana não é publicamente ativa e, portanto, não tem experiência com discursos de ódio online. No entanto, ela experimenta frequentemente discriminação em espaços públicos, principalmente nos transportes públicos e nas paragens de autocarros, lugares onde um grande número de pessoas se reúne e de onde é impossível sair. Ela também já sofreu discriminação em lojas e áreas comerciais, mas com menos frequência; Romana diz que as pessoas só "tagarelam" lá. A situação evolui sempre de forma semelhante: o agressor repara nela num grupo de pessoas e começa a atacá-la verbalmente. Os agressores são principalmente homens.

Os rapazes mais novos e os adolescentes tendem a gozar com ela (gritando "Bomba!"), os homens mais velhos e os cidadãos mais velhos insultam-na. Romana observa que os perpetradores estão frequentemente embriagados.
Romana relata que nunca experimentou ajuda ou apoio de transeuntes. Ela descreve a pior situação que alguma vez viveu. Durante uma viagem de autocarro com a sua filha mais velha, um homem mais velho e (presumivelmente) o seu neto foram muito rudes para com eles durante toda a viagem. O homem estava sempre a dizer ao seu neto que "se vires um cigano ou um muçulmano, deves matá-los ". Ninguém as defendeu. Finalmente, quando saíram do autocarro, ambas rebentaram em lágrimas.

Esta experiência levou Romana a começar a evitar situações em que existe o risco de ataques verbais, o que significa evitar os transportes públicos. Isto causou uma limitação significativa à sua mobilidade. Ela gostava de ir à Praça Wenceslas, no centro de Praga, quando havia turistas (muçulmanos) lá, mas durante a pandemia da COVID-19 isso deixou de ser possível. Ela normalmente anda pela cidade com a cabeça baixa, a tentar evitar o contacto visual. Ela só se sente segura em casa ou em encontros religiosos organizados pela comunidade muçulmana.

Da mesma forma, ela só procura trabalho através muçulmanos amigos. Fora da comunidade muçulmana, ela só trabalharia em profissões que não exigem contacto pessoal com clientes ou colegas (um centro de chamadas, por exemplo). Trabalhar num quiosque de kebab, limpar embaixadas, ou fazer de babysitter dentro da comunidade muçulmana são escolhas aceitáveis para ela. Durante a pandemia da COVID-19, o trabalho de escritório a partir de casa tem sido muito agradável para ela.

Romana ignora ataques mais suaves e só lida com os piores falando sobre eles em casa ou com os amigos. Passado algum tempo, a dor causada por estas experiências geralmente diminui.

Romana não quer mudar-se e deixar a República Checa porque não compreende porque deve ceder e ser expulsa de sua casa. Da mesma forma, ela sabe que pode deixar de usar o lenço de cabeça ou começar a usar outra coisa. Ela conhece “irmãs” que o fizeram, mas não quer fazê-lo.
A experiência de Romana com apoio institucional é, na sua maioria, negativa. No seu caso de violência doméstica, a polícia queria provas, gravações, etc., mas era impossível obtê-las dada a natureza do crime. O caso foi tratado como uma alegação sem as provas necessárias e, por isso, o seu ex-companheiro não foi condenado. A filha mais nova sofreu bullying e teve consequentemente problemas psicológicos na escola, mas ninguém na escola a ajudou. A experiência com a Autoridade de Proteção da Criança foi explicitamente má. A autarquia questionava constantemente a capacidade de Romana de cuidar dos seus filhos, o que, segundo Romana, decorria da sua atitude hostil em relação ao Islão.

A única experiência positiva que teve foi com um advogado da comunidade muçulmana que a ajudou tanto em tribunal ao lidar com o ex-companheiro (onde Romana também apreciava o facto de ele, enquanto homem, ter desempenhado um papel de proteção) e com a Autoridade de Proteção à Criança. A intervenção do advogado levou a uma substituição do funcionário que tratava do caso.

Foto von Shvets Anna von Pexels

Contextos

Quando e Onde

O discurso de ódio ocorre em qualquer lugar. No entanto, há três áreas principais onde pode ser encontrado.

- Online
- Em instituições e encontros com autoridades
- Na rua e em lugares públicos

A maior parte da atenção tem estado há muito centrada no ciberespaço. O discurso do ódio online é um fenómeno abordado a muitos níveis, tanto na literatura académica como na popular. O discurso do ódio online é frequentemente desencadeado por eventos históricos nacionais e internacionais. Por exemplo, desde o início da "crise migratória", os imigrantes estão a ser cada vez mais visados. Os grupos de extrema-direita ou anti-imigrantes são frequentemente instigadores significativos do discurso do ódio, difundido através de instrumentos de propaganda específicos. Estão também envolvidos nos chamados ataques Cyber-Mob, ou seja, “raids” maciços em websites selecionados, que inundam com comentários de ódio. Esta tática é geralmente considerada uma forma de cyberbullying.

Duas das conclusões mais importantes da nossa investigação são que: a) na experiência quotidiana dos nossos inquiridos, as esferas online e offline não são realmente separadas; e b) o discurso de ódio no mundo offline tende a ter um impacto mais significativo sobre eles.

Embora existam diferenças entre situações online e offline, e os autores, visados e circunstâncias variam em ambas as esferas, isso não muda o facto de que os principais afetados pelo discurso de ódio online são as pessoas imigrantes, estrangeiras, ciganas, muçulmanas, mulheres ou pessoas da comunidade LGBTQ+.

Photo by Daniel Korpai on Unsplash

Outros locais onde ocorre o discurso do ódio são escolas, instituições públicas, esquadras de polícia, e locais de trabalho. Nestes contextos, podemos identificar tanto o discurso de ódio direto como vários tipos de micro-agressões e formas inconscientes de discriminação ou comportamento insensível. Um exemplo de tal comportamento é a tradição holandesa do "Pete Negro", que não é dirigida contra pessoas de raça negra, mas é percebida como sendo discriminatória através da reprodução de estereótipos racistas e coloniais. O exemplo do "Pete Negro" mostra quão fino o gelo pode ser na questão do discurso do ódio e quão contextual ele é. Esta é uma prática que muitos percebem como não racista e simplesmente “tradicional”. No entanto, continua a ser prejudicial para as pessoas afetadas pela discriminação racial.

O discurso do ódio acontece muito frequentemente em locais públicos. Os transportes públicos e as grandes superfícies comerciais aparecem frequentemente porque são lugares onde um número significativo de pessoas se reúne e passa tempo. A concentração de pessoas e os períodos mais longos de tempo passados nestes locais criam situações em que ocorrem ataques verbais. O gatilho é normalmente a simples presença de pessoas que são visivelmente de uma minoria.

O que resulta da descrição dos contextos do discurso de ódio é que uma parte significativa da população europeia está exposta a possíveis ataques verbais em praticamente qualquer lugar. Embora muitas vezes pensemos no discurso de ódio online e offline como entidades separadas, para migrantes ou pessoas LGBTQ+ estes são apenas dois lados diferentes da mesma moeda.

Por último, mas não menos importante, é essencial salientar que os ataques verbais podem não só ser feitos pela maioria contra as minorias, mas também que ataques semelhantes ocorrem entre as próprias minorias - como é o caso das minorias curdas e turcas na Alemanha.

Photo by kate.sade on Unsplash

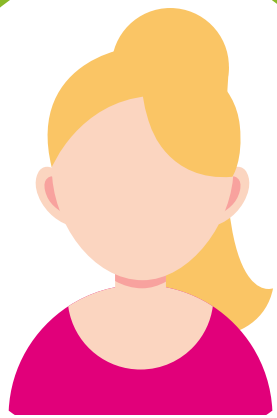
Conheça a Lia

Exemplo 4

Nasceu em 1964 em Roma e é a filha de dois sobreviventes de Shoah. Lia trabalha como jornalista e editora. Os seus pais eram crianças quando as leis antijudaicas foram aprovadas pelo regime de Mussolini em 1938. Durante as perseguições que se seguiram, o seu pai conseguiu escapar a uma picada por sorte e teve de se refugiar num mosteiro durante toda a ocupação nazi de Roma, que durou 9 meses. A sua mãe, primeiro encontrou refúgio no campo e, mais tarde, fugindo através dos Alpes, na Suíça. Lia usou a sua história familiar como inspiração para os seus escritos sobre a comunidade judaica italiana e o antissemitismo demonstrado pelos partidos de direita e de esquerda. Neste processo, tornou-se uma das principais escritoras judaicas italianas.

Lia recorda um evento recente - a apresentação online do seu último livro intitulado “A Geração do Deserto” - organizado pelo Grupo de Estudos Hebraicos de Turim e pelo Instituto para a História da Resistência. Alguns minutos após o início da palestra de um dos oradores convidados, começou o bombardeamento no Zoom (um ataque coordenado por indivíduos que se juntam a videoconferências para as perturbar). Os agressores juntaram-se ao evento online com perfis falsos e começaram a gritar "Desde quando é que uma mulher judia pode publicar livros?", "Judeus nos fornos", "Vão esconder-se". Imagens de Adolf Hitler começaram a aparecer nos ecrãs dos participantes enquanto *Faccetta nera* (uma das canções populares de Mussolini) era usada como fundo musical.

Photo by Jon Tyson on Unsplash



Conheça a Elisa

Exemplo 5

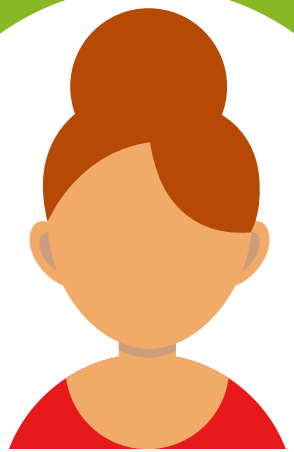
Tem 30 anos e trabalha como artista. Mudou-se para a Alemanha da Europa de Leste com a mãe, também artista, quando tinha sete anos, após a separação dos pais. Como a mãe era artista e vestia-se extravagantemente, ela sempre foi tema de conversa na sua aldeia. Consequentemente, Elisa sofria de discriminação porque as suas roupas eram diferentes das que os colegas da escola usavam normalmente. Hoje, descreve-se como alguém que não se conforma com os padrões comuns de beleza.

Neste contexto, refere-se ao lookismo (discriminação com base na aparência de uma pessoa) e relata muitos ataques contra ela com base na sua aparência e nota que se baseiam tanto no racismo como no sexismo. Como artista que passa muito tempo nas redes sociais, Elisa também está exposta a comentários agressivos. Ela responde sempre diretamente a estes comentários e toma uma posição forte contra o sexismo. Usa vários métodos de contra-discurso. Também foi pressionada pela sua atitude e pelo seu estilo devido à sua forma corporal.

Elisa salienta que a indústria do entretenimento perpetua papéis de género e imagens corporais prejudiciais e está determinado a lutar contra eles. Elisa luta para ser reconhecida pelo seu talento porque não se enquadra nos padrões habituais da beleza feminina. Desta forma, a discriminação que viveu na sua infância está agora a ser perpetuada no seu ambiente de trabalho.

Recorda muitas experiências discriminatórias dos seus tempos de escola. Foram desencadeadas pela sua escolha de roupa, pela falta inicial de habilidades linguísticas alemãs, mas também incidentes durante as aulas de Educação Física.

Por exemplo, ela era muitas vezes a última escolha em eventos desportivos ou as suas roupas e mochilas desportivas eram atiradas para um caixote do lixo. Quanto à sua falta de competências linguísticas alemãs, a sua estratégia era fazer um esforço especial para aprender alemão rapidamente. Conseguiu aprender alemão em meio ano e foi sempre uma boa aluna. Recebeu reconhecimento e louvor por este esforço da professora. Este elogio, no entanto, foi virado contra ela, uma vez que levou outros pais a pressionarem os seus filhos. Diz que não tinha amigos na escola primária. Só numa escola com foco nas artes é que conseguiu libertar-se da discriminação. Aqui encontrou amigos.



Conheça a Lena

Exemplo 5

A família de Lena vem da Ucrânia. Os seus pais mudaram-se para a República Checa em 2000, quando Lena tinha 9 anos. Ela foi imediatamente para uma escola checa sem saber falar uma palavra em checo. Em 2020, obteve o grau de mestre. Ela fala agora checo perfeito sem qualquer sotaque, casou com um checo e por isso tem um apelido checo. Ao contrário dos seus pais, ela conseguiu obter a cidadania checa em 2015 como migrante de segunda geração. Sente-se em casa na República Checa e não quer mudar-se para outro lugar, especialmente agora que tem filhos e depois de ter experimentado a migração ela própria quando criança. Globalmente e ao longo do tempo, a tendência para ser afetada pelo discurso de ódio diminuiu à medida que aprendeu o checo, adquiriu um apelido checo através do casamento e, acima de tudo, obteve uma identificação checa. Ao contrário dos seus pais sem identificação checa e com sotaque estrangeiro, ela é agora praticamente invisível na República Checa.

Esta tendência decrescente é visível nas suas experiências com o discurso do ódio na escola. Quando andava na escola primária, o discurso do ódio era uma ocorrência diária. Na escola secundária, era constantemente feito por dois professores. Na universidade havia várias situações aleatórias envolvendo diferentes funcionários - docentes, professores, bem como administradores.

Um dos casos aconteceu quando Lena precisou de resolver alguns pagamentos atrasados relacionados com o seu seguro de saúde. Ela foi ao Gabinete de Administração Estudantil para pedir um documento que confirmasse que estava a frequentar a universidade. Como nessa altura já falava checo perfeito, a mulher no gabinete de administração foi inicialmente muito amável e disposta a ajudar a resolver o seu problema. Contudo, quando pediu a sua identificação e Lena tirou o seu passaporte ucraniano, a situação mudou rapidamente. A mulher começou a dizer à Lena que não tinha o seu seguro de saúde em ordem, fazendo uma ligação entre a desordem e a Ucrânia. A dada altura, Lena tossiu e a mulher tornou-se ainda mais agressiva, expulsando-a verbalmente do escritório dizendo que não queria ser infetada por Lena e qualquer que fosse a doença que pudesse estar a ter. Quando Lena contestou que tinha tapado a boca ao tossir, a mulher não acreditou nela e disse: "Não tem maneiras".

Lena não sabia o que fazer em ocasiões como esta enquanto estava na universidade. Queria terminar os seus estudos, mas receava que, se se empenhasse em contra-argumentar, se defendesse vocalmente ou tornasse tais questões públicas, os seus estudos poderiam ser afetados, pois alguém se vingaria dela.

Conheça o Mateo

Exemplo 7

O Mateo é gay [18] (prefere ser abordado com pronomes masculinos) e tem 25 anos. Tem lidado com a sua identidade de género desde o 8º ano e tem sido discriminado por causa disso desde então (para além de ser discriminado como pessoa de cor). Mateo é confrontado com discursos de ódio na escola, no trabalho, quando está fora, nas ruas e em situações do dia-a-dia em geral.

Perguntas como "O que és?" são típicas de situações de discurso de ódio em que ele se encontra. Ele também diz que é fitado e olhado de cima para baixo por estranhos. Além disso, Mateo relata declarações depreciativas tais como "Sai daqui" ou "Vai-te lixar". Quando se explica e fala sobre a sua identidade de género, depara-se frequentemente com mal-entendidos e são-lhe ditas coisas como "Huh, precisas de obter algum aconselhamento". As pessoas são frequentemente frias para com ele, ignoram-no ou não respondem às suas perguntas. Durante a entrevista, Mateo falou principalmente de homens que o discriminaram e insultaram; disse também que muitos jovens reagem melhor em relação a ele. São sobretudo as pessoas mais velhas que olham para ele ou o insultam.

É também discriminado devido à sua origem (foi chamado traficante de droga devido à sua origem latino-americana, por exemplo). Mateo, no entanto, falou principalmente das suas experiências de discriminação relacionadas com a sua identidade de género.

Um incidente que ainda parece incomodá-lo aconteceu quando Mateo trabalhava para uma pequena empresa onde de outra forma se dava bem com todos os membros da equipa. Contudo, houve um colega que falou com todos os outros menos com ele. O estranho foi que todos os outros membros da equipa falavam muito bem desse colega. Mateo sentiu que este colega estava sempre zangado com ele. Daí a estranha atmosfera no trabalho. A dada altura, este colega pediu a demissão. Mateo parece ainda estar triste com esta situação e disse que gostaria de ter falado com o colega e de lhe ter dito que ele é apenas uma pessoa normal.

[18] O termo queer tem uma história controversa e pode ser visto como abusivo. Usado pela primeira vez como termo depreciativo contra as minorias LGBTQI+, o termo foi logo adotado orgulhosamente por eles. Nós a usamos aqui neste novo, sentido fortalecedor. Para mais informações sobre a história deste termo, visite, entre outros, https://www.cjr.org/language_corner/queer.php

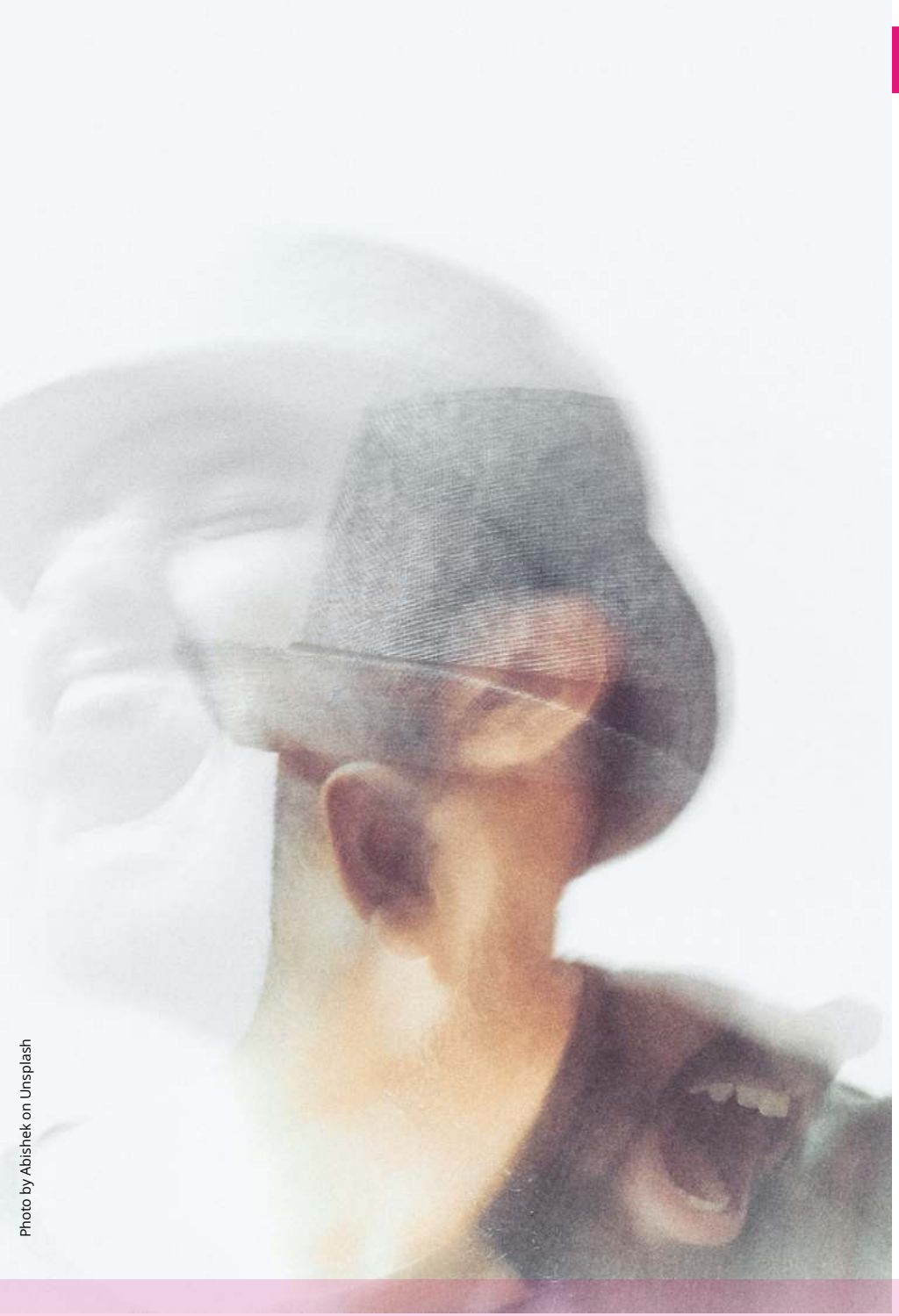


Photo by Abishek on Unsplash

Respostas imediatas

As respostas imediatas variam muito dependendo do contexto, da situação específica, da situação pessoal e dos sentimentos das pessoas afetadas pela discriminação.

A maioria das pessoas afetadas pelo discurso do ódio descreve o seu efeito imediato em termos muito semelhantes: raiva, stress e tristeza. Muitos dos nossos inquiridos não mencionam o medo, mas sim a impotência que, a longo prazo, pode levar a mudanças no seu comportamento. Tipicamente, com o tempo, a sua vontade de explicar algumas das circunstâncias em que são sujeitos a ataques pode diminuir, o que significa que se retiram gradualmente para dentro de si próprios. Por exemplo, uma das inquiridas disse que quando chegou a Portugal, sentiu uma grande necessidade de se defender do discurso do ódio. Fê-lo utilizando declarações defensivas para explicar que, por exemplo, tinha um emprego decente e pagava impostos. Após algum tempo, contudo, desistiu desta atitude ativa, resignou-se à situação e começou a ignorar o discurso do ódio.
A maioria dos nossos inquiridos relata que o efeito a curto prazo dura cerca de dois dias. Depois disso, precisam de rever a ocorrência várias vezes com alguém que lhes seja próximo, pois isso ajuda-os a esclarecer o que aconteceu exatamente e a lidar com toda a situação.

Alguns inquiridos relataram que tentam ignorar os ataques verbais, quer em público quer online. Tentam evitar conflitos verbais ou conflitos que podem escalar e levar à violência física. Em muitos casos, a relutância em responder ativamente a situações de discurso de ódio é causada pela natureza repetitiva da questão - os respondentes estão simplesmente demasiado cansados e desgastados, relutantes em se explicarem mais uma vez e sentem-se resignados e passivos.

Já viveram a discriminação tantas vezes que lhes parece quase "normal". Outros inquiridos, contudo, salientam claramente que esta não é uma boa estratégia.

Alguns inquiridos recomendam responder de alguma forma, ou seja, contra-argumentar. Não existe um manual universal sobre como contrariar a fala e depende sempre do contexto, situação, estado de espírito, etc. Uma respondente da Alemanha, por exemplo, explicou que pretende contra-esclarecer e defender os outros quando experimenta o discurso do ódio, mesmo que nem sempre seja possível. Ela relatou uma situação quando enfrentou um insulto racista, mas ignorou-a porque era demasiado cedo de manhã e estava a caminho do trabalho.

Em espaços públicos, a contra-argumentação toma geralmente a forma de um debate com o agressor que pode ser conduzido por uma tentativa de explicar que a sua condenação está errada. Uma resposta comum é tentar injetar algum humor no ataque. Vários inquiridos citaram as suas respostas a um ataque verbal como "De onde és?" (com referência ao contexto, cor da pele, ou um lenço de cabeça muçulmano) com "Sou da cidade mais próxima" (ou de uma cidade em particular).

Desta forma, é possível arrancar figurativamente a arma da mão do atacante e salientar que muitas pessoas com um passado migrante nascem (e muitas vezes estão plenamente estabelecidas) em determinado país.

É preciso salientar que os nossos inquiridos raramente empregam qualquer estratégia de contra-argumentação. Embora tenham dito que gostariam de contra-argumentar, no final não o fazem devido às razões acima mencionadas. Isto levanta a questão de saber se esta é uma técnica generalizada entre especialistas e ativistas e se é utilizada de forma bastante seletiva por pessoas diretamente afetadas pelo discurso do ódio. Alguns inquiridos recomendam não reagir de todo e deixar passar; para outros, isto é inaceitável e são ambivalentes quanto ao que fazer. Contudo, especialmente para aqueles que têm experiência com ativismo público em circunstâncias específicas, reagir é bom porque não reagir pode parecer como uma admissão de culpa.

O que todos os inquiridos concordaram foi que, se tem de haver uma resposta, esta tem de ser calma, no ponto, e de forma alguma agressiva e odiosa, para não provocar conflitos. O desejo de permanecer calmo é um dos pontos em que praticamente todos os inquiridos, independentemente do país de onde são, concordaram.

photo by Kat Smith on Pexels

As respostas ao discurso do ódio no ciberespaço incluem uma abordagem extra. O leque de respostas inclui ignorar e debater, mas alguns respondentes relataram que uma boa estratégia era publicar declarações ofensivas dirigidas a eles nos seus websites ou nos meios de comunicação social (isto aplica-se a pessoas publicamente ativas). Na sua opinião, isto tem um duplo objetivo:

- desanonimiza o ofensor
- as pessoas afetadas pelo discurso do ódio podem provar que a agressão verbal está a ter lugar, visto que muitas pessoas, incluindo as mais próximas, tendem a considerá-la como inexistente e irreal. Alguns inquiridos, por outro lado, consideram esta estratégia duvidosa. Uma inquirida de Itália capta isto na perfeição ao refletir sobre a sua resposta potencialmente errada ao discurso de ódio online:

> *"Recentemente cometi um erro: tirei uma foto de uma mensagem de um indivíduo que me acusava de receber dinheiro por um artigo de vacinação pró-COVID-19 que eu tinha escrito. Publiquei no Twitter tanto a mensagem como a fotografia da pessoa que aparentemente a tinha enviado. Depois pensei nisso e senti que tinha feito algo de errado: e se o autor tivesse usado a fotografia de outra pessoa? E, em qualquer caso, senti que tinha reagido ao ódio com ódio, o que não era o que eu queria. Por isso, decidi retirar a minha publicação. Tudo somado, sinto que nunca se deve responder ao discurso do ódio com mais discurso de ódio. É muito melhor tentar com racionalidade e gentileza. Os "haters" são derrubados assim."*

Em relação às respostas de " comportamentos a não ter", houve um consenso de que a violência nunca é a resposta correta, embora algumas pessoas tenham mencionado defenderem-se fisicamente contra os ataques verbais na sua juventude. Tanto os transeuntes como as pessoas afetadas pela discriminação rejeitam a violência. Do mesmo modo, o apoio vocal dos espectadores não deve ser rude, insultuoso ou agressivo. Estas considerações aplicam-se também aos espaços online.

Conheça a Alisa

Exemplo 8

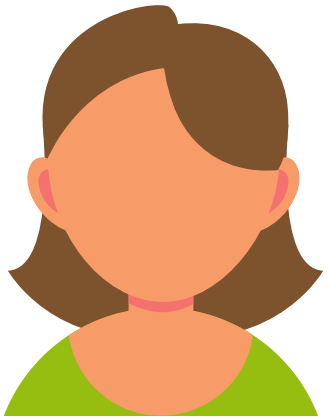
A Alisa tem 47 anos de idade, está atualmente desempregada e vive em Portugal. Vive sozinha; a sua filha vive no estrangeiro. Alisa é guineense e mudou-se para Portugal quando tinha 8 anos de idade. Ela veio da Guiné Central e não conseguia falar uma única palavra de português. Ela só sabia falar “mandiga” e comunicou por gestos quando chegou.

Frequentou uma escola em Lisboa porque o seu pai trabalhava num banco e tinha um salário decente. Alisa tomou consciência da sua diferença na escola: ela não falava português e estava habituada a ser livre, e não estava habituada a estar presa dentro de um edifício. Ela era a única pessoa negra na escola, mas provinha de um meio rico, o que dificultou aos seus colegas de turma "rotulá-la". Os colegas de escola de Alisa fizeram-na saber que ela não se enquadrava porque era negra e deveria estar num gueto ou em algum bloco de habitação social e não numa boa escola.

Insultaram-na e cantaram-lhe canções ofensivas que ela não compreendia porque não falava português. Quando percebeu o que se estava a passar, começou a atacar as outras crianças.

Os trabalhadores da escola que viram estes ataques deixaram-na bater nas crianças durante algum tempo antes de pararem as lutas. A professora da escola sempre a ajudou. A longo prazo, ela conseguiu inverter a situação. Ela ainda mantém contacto com alguns dos seus colegas de turma e é amiga de pessoas contra quem costumava lutar quando tinha 9 anos.

As experiências que teve na escola levaram Alisa a defender sempre as minorias. Alisa não é capaz de testemunhar racismo ou discurso de ódio e permanecer indiferente sem intervir. Hoje, ao contrário de quando estava na escola, ela responde com calma e tem uma abordagem educacional.



Conheça a Sabina

Exemplo 8

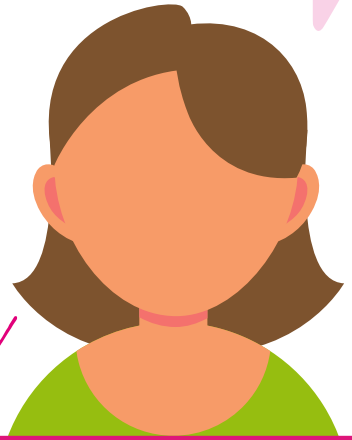
A Sabina é uma judia de Praga. É uma ativista e diretora de uma ONG. As suas experiências com discursos de ódio acontecem online e estão relacionadas com o seu ativismo. Neste caso, Sabina fez uma viagem de negócios a Bruxelas pouco depois dos ataques em Molenbeek. Ela decidiu ir a Molenbeek e fazer um pequeno vídeo onde diz "Olha, não é uma zona proibida; é um bairro normal da cidade, mas ninguém escreve sobre isso quando nada está a acontecer". O vídeo tornou-se viral no Facebook checo e recebeu uma onda de comentários de ódio quase de imediato, com as pessoas a dizerem-lhe que ela é “feia, gorda, quer f** homens árabes”, etc.

Reparou que a maioria dos agressores eram homens, mas não exclusivamente. O conteúdo do discurso de ódio era esmagadoramente de natureza ad hominem, ou seja, a maioria dos comentadores não queria realmente discutir a situação em Molenbeek, mas comentava a aparência, o peso, a sexualidade de Sabina, etc.

Sabina estava sobrecarregada porque o seu telemóvel estava constantemente a apitar e não conseguia desligá-lo. Receava que algo pior acontecesse (ou seja, alguém que pirateasse o seu perfil, usasse indevidamente a sua identidade, etc.). Decidiu ligar à irmã para falar sobre isso. Ela tenta sempre encontrar alguém com quem partilhar estas experiências. A sua irmã é uma das suas amigas mais próximas. Ela também é uma das poucas pessoas que nunca tenta minimizar as suas experiências e a leva sempre a sério.

Sentia-se como se todo o seu trabalho, a sua vida e a sua identidade estivessem a ser reduzidas a "gorda e feia". Numa perspetiva de longo prazo, diz que voltaria a fazê-lo, pois ajudou-a a ganhar novos seguidores e a ganhar maior envolvimento nas páginas do Facebook da sua ONG. Portanto, desse ponto de vista funcionou. Ela também é firme nas suas convicções e ideais (isto é, mostrar às pessoas a realidade quotidiana de Molenbeek é uma coisa boa, por exemplo). É por isso que não se arrepende da sua decisão, embora esteja ciente dos efeitos a longo prazo que acontecimentos como estes têm no seu bem-estar mental.

"Eu diria absolutamente que a maioria das coisas que as pessoas me dizem no Facebook está relacionada com o género e tem um conteúdo sexual. Para os “haters” tudo tem que ver com sexo, com a minha falta dele ou que eu o quero e ninguém me quer, etc. Diria também que esta é a parte mais difícil para mim, porque estou por detrás do meu trabalho, posso sempre defender-me a nível intelectual; não me podem impedir desse ponto de vista. Mas todas as coisas sobre a minha aparência, que são pessoais e interagem com as minhas inseguranças pessoais, podem definitivamente prejudicar-me e fazer-me sentir ainda mais insegura".



Sabina

Exemplo 9

Ela decidiu contactar a *In Iustitia*, uma organização dedicada a ajudar as pessoas afetadas pelo discurso do ódio e pelo crime de ódio. A experiência em si foi muito positiva:

"Quando os contactei, senti-me imediatamente melhor. Disseram-me que podemos pelo menos tentar - e talvez possamos pelo menos ser capazes de - provar que sofreu e obter alguma compensação. E na verdade, fiquei tão feliz quando ouvi isto. Porque é assim: Porque deveria eu gastar o meu próprio dinheiro em psicoterapia? Porque é que tenho de pagar porque as pessoas estão a ser parvas? Alguma compensação seria um reconhecimento de que a culpa não é minha e de que mereço a ajuda".

Estratégias de reação a longo prazo

Por estratégias a longo prazo entendemos efeitos e consequências, mudanças de comportamento e práticas das pessoas que lidam diariamente com o discurso do ódio (que a maioria dos nossos inquiridos são).

Se falarmos de exemplos de estratégias "más" em relação ao discurso do ódio frequentemente mencionadas pelos nossos inquiridos, aceitar as limitações que o discurso do ódio traz e a sua normalização são as que vêm em primeiro lugar. Em certa medida, o oposto é a hipersensibilidade. Significa uma reação exagerada a qualquer estímulo verbal externo que os inquiridos acreditam ser um possível discurso de ódio. A perda da autoestima é também mencionada com muita frequência. Todas as estratégias que são mencionadas nas entrevistas mostram quanta pressão psicológica é exercida pela exposição repetitiva a situações de discurso de ódio. Não surpreendentemente, a automutilação também foi mencionada várias vezes pelos entrevistados.

Outra estratégia é a tentativa de fugir da cidade ou do país em questão, uma estratégia altamente complicada (como até os próprios inquiridos admitem). Para os requerentes de asilo e migrantes em geral, deixar os países onde vivem é complicado devido a barreiras legais, enquanto que, para as pessoas sem antecedentes migratórios, a ideia de deixar a sua terra natal é muitas vezes absurda e prejudicial. Alguns inquiridos declararam abertamente que tinham considerado fugir das suas cidades, mas concluíram que não tinham para onde ir, ou porque levariam consigo os problemas ou porque sentiam como se não tivessem de fugir por causa de algo que não é culpa sua.

Isolar-se como estratégia também foi mencionado com bastante frequência. Os inquiridos fecharam-se, encerrando-se num gueto imaginário, tanto mental como físico. Os inquiridos falaram em evitar os transportes públicos (incluindo paragens de autocarro), pois é aqui que o discurso do ódio ocorre frequentemente. Isto, por sua vez, restringe a sua mobilidade ao tentarem encontrar um emprego, por exemplo. Devido às suas experiências, encontram frequentemente trabalho apenas entre "o seu próprio povo", ou seja, pessoas com origem migrante, da mesma religião (nomeadamente, muçulmana), ou etnia. Mencionam também que eliminam os seus perfis nos meios de comunicação social porque estão expostos a ataques online. Consideramos que ambos os resultados são muito significativos porque conduzem a uma maior exclusão social.

Photo by Sasha Freemind on Unsplash

Alguns inquiridos também mencionaram que receiam que os seus filhos vivam as mesmas situações.

As estratégias de sobrevivência consideradas boas baseiam-se no conceito de "não desistir". Diz-se frequentemente que é vital para as pessoas afetadas pelo discurso do ódio tentarem continuar o seu trabalho regular e fazê-lo bem porque, ao fazê-lo, provam (mesmo para si próprias) que são parte integrante da sociedade e que o seu valor não depende da cor da sua pele, género ou dos seus países de origem. Embora isto tenha sido frequentemente mencionado pelos inquiridos como uma boa estratégia de sobrevivência, é importante salientar que esta estratégia transfere a responsabilidade dos perpetradores para as pessoas visadas que são encarregues de fornecer "provas" da sua "normalidade".

Alguns inquiridos falaram de psicoterapia regular que os ajudava com depressão, autoajuda, etc., na sequência de discriminação de longo prazo. Outros, contudo, relataram que se recusam a consultar um psicólogo porque sentem que devem ser eles próprios a lidar com a situação.

Alguns respondentes consideraram útil encaminhar o problema do discurso do ódio para instituições estatais e lidar com a situação a nível institucional; contudo, como iremos discutir nas secções seguintes, esta estratégia nem sempre é bem-sucedida.
Os inquiridos mencionaram frequentemente que é útil encontrar uma comunidade de pessoas com experiências semelhantes, ir a manifestações contra o discurso do ódio, cooperar com ONGs, ou aderir a um partido político que aborde esta questão.

Photo by Tim Mossholder on Unsplash

Voltamos ao exemplo do Mateo

As respostas de Mateo à discriminação dependem do local e das circunstâncias da situação. Ele responde frequentemente a estranhos que o atacam e fala com eles sobre a sua identidade de género. Como resposta básica, ele tenta não ficar zangado, e tenta manter a calma e controlar os seus pensamentos. Costumava evitar certos lugares devido às situações do discurso do ódio diário e ignorava os ataques da forma que podia, a fim de se proteger. Hoje em dia, ele tenta não se deixar restringir. Uma das consequências da sua abordagem é que muitas vezes se encontra a pensar nas razões pelas quais as pessoas o discriminam. No entanto, com o tempo, aprendeu a deixar de se perguntar "Porquê eu". Mateo aprendeu a não levar "pequenos assuntos" mais a sério. Tentou também diferentes estratégias para lidar com a situação. Por exemplo, tentou vestir-se de forma discreta para não ser notado, mas acabou por não ser útil. A meditação é o seu método de escolha porque o ajuda a lidar com a discriminação.

Mateo

Exemplo 10

Photo by Aiony Haust on Unsplash

Conheça a Klara

Exemplo 11

A Klara nasceu na República Checa e tem nacionalidade checa. No entanto, identifica-se como muçulmana o que, no contexto checo, a torna membro de um grupo minoritário. Ela converteu-se ao Islão há 12 anos quando conheceu o seu marido, que é do Norte de África. Está a criar três filhos (em idade pré-escolar e básica) e vive com a sua família numa pequena cidade no centro da Boémia. Além de ser uma mãe que fica em casa, também trabalha para uma agência governamental como gestora dos meios de comunicação social (trabalha a maior parte do tempo a partir de casa). Parte do seu trabalho envolve cuidar dos perfis dos meios de comunicação social da agência e moderar as discussões. Isto significa que ela também encontra o discurso do ódio como parte do seu trabalho. Uma vez que Klara usa um lenço de cabeça, a sua identidade religiosa é aparente quando está em espaços públicos, e isto tem um impacto significativo na forma como experimenta o discurso do ódio.

A Klara está a tentar lidar publicamente com as suas experiências, partilhando-as no seu perfil de Facebook e educando as pessoas. Contactou também advogados e apresentou queixa contra vários autores. Embora partilhar com as pessoas e discutir as suas experiências com elas geralmente ajude, os contactos com a polícia e as instituições do Estado têm sido muito desagradáveis e deixaram-na a sentir-se extremamente impotente.

As experiências de longo prazo e contínuas de discurso do ódio têm impacto tanto pessoal como profissional. No seu trabalho, ela vê os comentários de ódio como uma oportunidade e acredita que poderia ser útil se ela, como mulher muçulmana, se envolvesse educadamente em discussões com pessoas que odeiam os muçulmanos porque há uma hipótese de verem uma pessoa real com uma vida normal em vez de uma ideologia abstrata e perigosa.

Por outro lado, a nível pessoal, ataques verbais levaram-na a fazer algumas mudanças no seu comportamento quotidiano: durante algum tempo, evitou completamente os transportes públicos, e agora só usa elétricos e autocarros, mas ainda evita o metro. Após uma série de experiências desagradáveis, deixou de ir ao jardim zoológico (pelo menos não durante o fim-de-semana) e, em geral, tenta evitar lugares apinhados.

Ela diz que o principal efeito negativo de todos estes incidentes no seu bem-estar pessoal é a erosão do seu sentimento de segurança. Ela costumava sentir-se segura em casa, mas agora não se sente realmente segura em lado nenhum porque aprendeu que vários dos seus vizinhos são apoiantes de um movimento anti-islamismo e que mesmo as interações quotidianas "normais" podem desencadear discursos de ódio. No seu trabalho, ela sabe que, estando simplesmente presente, pode provocar indiretamente uma situação, mas pode lidar com ela. No entanto, o nível de stress diário e a constante sensação de perigo são difíceis para ela lidar.
Como resultado, não mudou o seu comportamento online, mas fez alterações nas suas práticas e rotinas diárias devido à sua experiência com discursos de ódio.

Também acha difícil falar destes eventos com outras pessoas. Tem um ou dois amigos muito próximos e um colega em quem confia. Apesar de nem todos terem a mesma experiência, todos oferecem o seu apoio incondicional e, mais importante, levam os incidentes a sério e acreditam nela quando ela explica como se sente. Por outro lado, até o marido, como homem e como alguém menos exposto porque a sua fé não é visível, às vezes luta para compreendê-la e tende a diminuir as suas experiências, ou resolvê-las dizendo coisas como "Talvez devesses recuar um pouco." Isto fá-la sentir que o discurso de ódio é culpa dela, porque não está disposta a "afastar-se". Ela não está zangada com o marido nem com ninguém por não entender o que está a passar, porque sabe que é impossível compreender o impacto do discurso de ódio sem o ter experimentado. Por outro lado, porém, cria uma certa sensação de distância e às vezes fá-la sentir-se sozinha.

Auto-organização e capacitação

O contra-discurso é geralmente possível e também eficaz como reação imediata. Através da contra-argumentação, situações de discurso de ódio podem ser transformadas numa espécie de debate político. Desta forma, pode também evoluir para uma estratégia de enfrentamento a longo prazo. As pessoas que são diariamente discriminadas podem acabar politizadas, ou seja, dispostas a resolver a discriminação estrutural através de uma organização política.

A investigação tem destacado vários níveis de politização. Alguns inquiridos participam em eventos públicos que abordam a questão, sendo exemplos as ações de rua em apoio de campanhas como "Black Lives Matter". Outros vão ao ponto de tornar públicas as suas histórias e a sua vida com discriminação diária e usar a sua voz para mobilizar outros, ou usar as suas próprias plataformas artísticas, como é o caso do rapper Typhoon ou da cantora Pearl nos Países Baixos.

Alguns entrevistados decidiram juntar-se a organizações não governamentais de base que lidam com discriminação, discurso de ódio e educação antirracista. Tornaram-se assim "ativistas orgânicos", ou seja, pessoas que experimentam o discurso do ódio, cuja profissão é combater a discriminação e ajudar as pessoas por ela afetadas ao nível jurídico, social, psicológico, educacional, político, e através dos meios de comunicação social. A nível político, uma das reações com mais impacto e, em última análise, mais eficazes é aderir ou criar um partido político. Observámos estes casos nos Países Baixos em partidos como o Bij1 pela igualdade racial (https://bij1.org/) ou o DENK (https://www.bewegingdenk.nl/), liderados por pessoas de origem turca e marroquina que decidiram lutar para alcançar a igualdade de direitos.

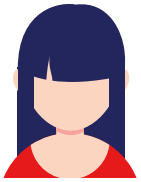
Tornar-se politicamente ativo e organizado atrai e intensifica muito experiências de discurso de ódio e discriminação à medida que as pessoas se tornam figuras públicas e são alvo, não só pelo seu género, cor, etc., mas também pelas suas opiniões e pelo seu papel de porta-voz. Por vezes, isto pode levar a uma ameaça direta às suas vidas e ao seu bem-estar.

Photo by Natalie Hua on Unsplash

Photo by Miguel Bruna on Unsplash

Um exemplo ilustrativo é a história de vida de Jasmina Kuhnke da Alemanha. Jasmina é uma ativista negra e tem vindo a fazer campanha contra o racismo há anos. Em 2021, ela começou a receber cartas ameaçadoras.

É importante notar que na Alemanha a Jasmina é uma das muitas pessoas forçadas a viver com constantes ameaças de morte. As pessoas que fazem campanha contra a discriminação recebem cada vez mais ameaças graves e cartas ameaçadoras são enviadas para os seus endereços de casa. Em particular, são jornalistas, políticos, funcionários de ONGs e ativistas que são atacados com cartas ameaçadoras. Desde 2018, os defensores das vítimas no julgamento da "NSU 2.0" têm recebido uma quantidade crescente de ameaças assinadas pela "NSU 2.0". Estas ameaças também têm preocupado as suas famílias. A própria Jasmina foi atacada com ameaças racistas e antifeministas e a sua morada foi publicada com o apelo ao "Carniceiro Jasmina Kuhnke". Isto forçou-a e à sua família a fugir da sua casa. Como resultado, ela teve de pagar por uma nova casa, bem como pela proteção legal e policial. Foi lançada uma iniciativa de angariação de fundos denominada "Fundo SHEROES" para apoiar ativistas como ela. Foram angariados mais de 180.000 euros, o que indica que muitas pessoas apoiam a luta contra o discurso do ódio. Graças a este fundo, Jasmina Kuhnke conseguiu encontrar um novo lugar seguro para si e para a sua família e está a tomar medidas legais contra os ofensores. O nome da campanha também destaca a necessidade de uma abordagem cuidadosa e sensível à terminologia. Utilizar termos como “heróis” para se referir a todas as pessoas que estão a lutar contra a discriminação estrutural e que enfrentam consequências ainda piores devido a esta luta significa devolver-lhes a sua agência e o seu livre-arbítrio.



Conheça a Emma

Exemplo 12

A Emma é uma mulher de 25 anos, de origem chinesa, que vive em Arnhem desde que era uma criança pequena. Foi adotada pelos seus pais. Na escola, era por vezes insultada pelos seus colegas de turma ("banana branca"), mas a maior parte do tempo teve uma infância feliz e muitos amigos. Ela ignorava sobretudo todos os insultos ("Eles não sabem nada melhor"). No entanto, após o surto da COVID-19, ela notou que estava a ser ignorada e evitada nas lojas e nas ruas. Também ouviu dizer que as pessoas se referiam a ela quando diziam coisas do género: "Provocaram o surto" ou "o vírus chinês". Esta experiência fê-la participar nos comícios chamados "Parem o ódio asiático". Ela tinha a sensação de que tinha de fazer algo e não deixar o vírus do ódio ir mais longe.

Conheça a Marilyn

Exemplo 13

A Marilyn é uma jovem mulher com pai holandês e mãe marroquina, que vive na Haia. É licenciada em Matemática pela Universidade de Roterdão e trabalha para o Ministério da Administração Interna. Por estar interessada em política, foi a um comício eleitoral do Partido pela Liberdade, que é liderado pelo famoso populista Geert Wilders. Perguntou à plateia: "Queres mais ou menos marroquinos no teu país?" O público gritou: "Menos, menos, menos". Marilyn ficou chocada e deixou o comício. Ela tentou ignorar a sensação de choque. No entanto, juntou-se mais tarde ao grupo que levantou acusações contra Wilders e conseguiu que ele fosse processado e condenado. Marilyn ficou muito satisfeita com o resultado da sua ação de grupo. O Tribunal de Recurso confirmou o veredicto.

Photo by Kareem Hayes on Unsplash

Conheça o Gianpaolo

Exemplo 14

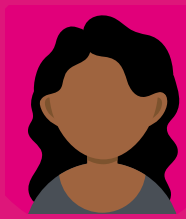
O Gianpaolo, 67 anos, é italiano, católico, e trabalha como jornalista. Vem da região do Lago Garda, no Norte de Itália. É cofundador do movimento italiano LGBTQ+ e antigo senador e membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Gianpaolo viveu muitas situações discriminatórias ao longo da sua vida. Logo após ter-se assumido como gay, na segunda metade dos anos 70, teve de enfrentar insultos verbais nas ruas da sua pequena cidade, com a população mais ou menos dividida em metade entre aqueles que pediam respeito - incluindo um dos padres católicos locais - e aqueles que se distanciavam dele, não falando mais com ele ou mesmo espalhando mentiras sobre o seu estilo de vida. A parte mais difícil foi enfrentar a pressão social exercida sobre os seus pais, ambos pessoas da classe trabalhadora que foram forçados a ter de enfrentar algo sem precedentes para eles. Estas experiências levaram Gianpaolo e outros a começarem a organizar um movimento gay e a tornarem-se politicamente ativos. Em dezembro de 1980, cofundou um dos primeiros grupos locais na Sicília filiado ao Arcigay, até hoje a maior organização italiana de direitos dos homossexuais. O trabalho de Gianpaolo e a criação do grupo foi acompanhado de ataques físicos contra Gianpaolo por extremistas de direita, logo após dois jovens gays terem sido mortos porque tinham uma relação. Gianpaolo e os seus amigos estavam seriamente assustados porque pensavam que iam ser mortos. Gianpaolo diz "Tive medo de que me matassem também" e recorda como a polícia primeiro deixou os extremistas de direita "fazerem o seu trabalho sujo" e depois interveio para supostamente ajudar aqueles que tinham sido atacados.

Ao combater o discurso de ódio, e neste caso particular o discurso de ódio anti-LGBTQ+, Gianpaolo menciona o que tem sido um esforço coletivo do movimento gay italiano em vez das reações das vítimas individuais: ao enfrentar a emergência da SIDA que foi rotulada de "peste dos maricas", a comunidade gay reagiu tomando a liderança com uma campanha de informação generalizada, LGBTQ+, nas escolas, cidades e vilas, para defender o o uso de preservativos. De acordo com Gianpaolo, a contrainformação é crucial como estratégia a longo prazo. Neste caso, levou ao envolvimento bem-sucedido de milhares de pessoas que foram capazes de estabelecer redes, convencer as pessoas e construir maiorias sociais e políticas em torno do princípio de que o vírus não dependia da orientação sexual, mas de práticas sexuais, sejam elas homossexuais ou heterossexuais.

De acordo com Gianpaolo, uma estratégia crucial e, afinal, bem-sucedida, foi construir um movimento de massas para fazer campanha, defender, estudar, informar, ensinar, participar em debates e conferências públicas, multiplicar o impacto da informação, pressionar os meios de comunicação e os políticos, discutir com a igreja católica, bem como com outras igrejas. Ao conseguirem atingir os seus objetivos de desmantelar os preconceitos e estereótipos relacionados com o VIH e obter medicamentos e cuidados médicos gratuitos para os infetados, as pessoas afetadas pela discriminação LGBTQ+ tornaram-se vencedoras e tiveram os seus argumentos reconhecidos pela opinião pública, pelos meios de comunicação e pelos decisores políticos.

Gianpaolo tem-se mantido politicamente ativo na política anti discriminatória, incluindo situações de discurso de ódio no novo milénio. Em 2007, quando era Senador, falou durante um debate no Senado sobre a abolição da pena de morte nas forças armadas italianas, argumentando que a recusa em aceitar ordens de morte, além de ser um direito, é um dever, e expressou a sua solidariedade aos soldados que abandonam as forças armadas. No dia seguinte, um dos principais diários conservadores italianos publicou um artigo na sua primeira página, assinado pelo editor do jornal, dizendo: "O Senador Silvestri é um fundador do Arcigay e adora desertores. Talvez porque, quando fogem, oferecem os seus traseiros". Após quatro anos de batalhas legais, o editor foi considerado culpado de homofobia e teve de pagar a Gianpaolo 50.000,00 euros de indemnização.

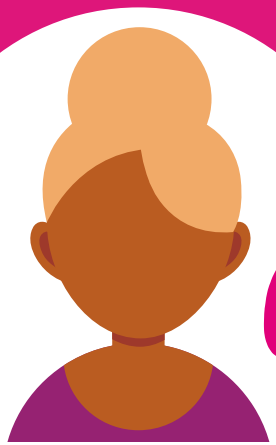


Conheça a Sylvana

Exemplo 15

A Sylvana é uma mulher negra de 50 anos de idade, nascida no Suriname. Ela deixou o Suriname no início dos anos 70 para se mudar para a Holanda com os seus pais. Era uma apresentadora bem conhecida na televisão e rádio holandesas e era frequentemente convidada em programas de entrevista. Era completamente comum que fosse considerada e tratada de forma diferente de outras mulheres (brancas) durante toda a sua vida e, na maioria dos casos, ela ignorou. A dada altura, leu um artigo numa proeminente revista holandesa sobre 10 razões pelas quais as mulheres holandesas deviam namorar homens de pele escura. Ela expressou imediatamente a sua incredulidade aos editores desta revista e falou sobre isso no próximo programa de entrevistas para o qual foi convidada. Este evento marcou o início de uma série de ações que ela empreendeu para combater a discriminação contra as pessoas negras. Ela começou a opor-se fortemente à figura do Black Pete na tradição de São Nicolau e a corrigir pessoas que (mesmo que apenas por acidente) usavam palavras discriminatórias. A sua atitude ganhou um grande apoio, mas também muitas reações negativas. Ela foi acusada de "tirar o nosso Black Pete e não compreender o folclore holandês". Ela respondeu fundando o seu próprio partido político. Foi eleita membro do Conselho Municipal de Amesterdão e é membro do Parlamento holandês desde o início de 2021.

Photo by Joakim Honkasalo on Unsplash



Conheça a Doreen

Exemplo 16

É uma mulher de 40 anos que trabalha em relações públicas. Nasceu na Europa e cresceu na Alemanha. A Doreen é uma ativista política desde a adolescência. Experimenta discursos de ódio online, através de comentários nas plataformas das redes sociais, e offline, em situações quotidianas como nos transportes públicos. Além disso, o seu endereço e identidade privada foram publicados em redes de direita, tendo sido enviadas cartas ameaçadoras. Ela considera estes eventos muito dramáticos e reflete sobre eles e fala sobre eles em grande detalhe na entrevista.

Doreen recorda-se de quando começou a receber cartas ameaçadoras. Inicialmente, achou muito difícil lidar com elas. Uma das suas primeiras reações foi tirar duas semanas de baixa. Quando ouviu nos meios de comunicação social que, por exemplo, as mulheres políticas também recebiam cartas ameaçadoras, o seu trauma ressurgiu. Como reação, ela já não sai sozinha à noite e evita lugares escuros ou perigosos. Também tenta não dormir sozinha, o que muitas vezes é difícil. Para lidar com perigos tão graves e situações de discurso de ódio, a sua comunidade, família e amigos estão a dar-lhe refúgio.

.

Além disso, ela conta com a sua rede para apoio neste caso. Ela mencionou que é importante ter pessoas privilegiadas e bem conectadas na sua rede que possam apoiá-la nestas situações. Também é importante para ela falar sobre isso e procurar ajuda profissional. No caso das cartas ameaçadoras, contactou um gabinete de aconselhamento que a aconselhou a ir ao Departamento de Investigação Criminal (e acompanhou-a lá). Tal como acontece com outras experiências discriminatórias, ela acha particularmente difícil quando não se acredita e não é levada a sério. Nem as cartas ameaçadoras eram levadas suficientemente a sério pelas agências governamentais. Algumas pessoas não entendem a referência e até perguntam "O que há de racista nisso?" embora haja um símbolo extremista de direita na carta. Ter que explicar e provar o racismo é muito stressante para a Doreen. O Departamento de Investigação Criminal não a leva a sério porque não acredita que a estejam a ameaçar. O Gabinete tentou recolher as impressões digitais nas cartas, mas disse que não havia muito que pudesse fazer. Também alegou que Doreen não tem nada com que se preocupar, o que aos olhos de Doreen não ajuda nada.

Além disso, Doreen sublinha que tentar evitar que as pessoas utilizem linguagem insultuosa ou certas palavras não pode superar o racismo e a discriminação, porque são apenas sintomas da situação e que a desvantagem e exploração sistémica subjacentes continuam a existir.

Infraestruturas de apoio

É difícil analisar as infraestruturas de apoio do ponto de vista das pessoas afetadas pela discriminação, porque, como já referimos, a maioria dos incidentes nunca são relatados e a maioria dos nossos inquiridos lida com o seu impacto a sós, ou com a ajuda das suas famílias e amigos, sem procurar ajuda externa.

Em geral, existem duas infraestruturas principais disponíveis:

1) **As instituições estatais,** incluindo a polícia, os tribunais e o sistema judicial; e

2) **As redes de apoio à sociedade civil e as ONGs** que trabalham no domínio do racismo, da discriminação, da proteção das vítimas de crimes, etc. Muitas ONGs participantes cooperam entre si a nível europeu através de organizações "chapéu" como a ENAR (Rede Europeia Contra o Racismo). A União Europeia (EU) tem uma organização própria que monitoriza o racismo, a xenofobia e a discriminação: a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI). Além do acompanhamento, a ECRI tem um mandato para emitir recomendações aos Estados-Membros da UE e aconselhar sobre os processos legislativos ao nível da UE. No entanto, os organismos europeus raramente têm um impacto direto em casos de ataques individuais de discursos de ódio, a menos que a pessoa possa chegar a uma ONGs que, por sua vez, possa levar o caso ao nível da UE.

1) Infraestruturas do Estado
Autoridades Locais, Polícia e Tribunais

No que diz respeito às infraestruturas estatais, os nossos inquiridos reportam principalmente experiências com a polícia e, se os seus casos forem processados, com os tribunais. Enquanto na maioria dos países a polícia é treinada e educada para identificar o discurso de ódio, a prática e as infraestruturas em si são muitas vezes insuficientes. Neste domínio, a experiência dos nossos inquiridos variou muito; muitos relatam experiências negativas, desde insensíveis e desagradáveis até a situações de racismo e assumindo a forma de vitimização secundária.

2) Atores da Sociedade Civil, ONGs

As ações da sociedade civil são interpretadas pelos nossos inquiridos como úteis, sensíveis e carinhosas e, na sua opinião, a ajuda prestada pelas ONGs opõe-se às infraestruturas estatais. Exemplos de apoio de ONGs incluem:

- Aconselhamento jurídico
- Aconselhamento psicológico, organização de grupos de apoio
- Atividades de educação e sensibilização sobre os direitos das vítimas e a possibilidade de levantar acusações contra os agressores
- Mediação intercultural, aconselhamento em locais públicos, como escolas
- Campanhas públicas contra o discurso de ódio e o racismo, organizando protestos públicos e ações diretas de apoio às pessoas visadas pelo discurso de ódio e pelo crime de ódio.

A principal expectativa da ajuda institucional a qualquer nível é o reconhecimento da gravidade das situações de ódio com que os inquiridos se confrontaram. Muitas pessoas que são afetadas por práticas de ódio e discriminatórias no dia-a-dia lutam para explicar exatamente como é que isso as afeta exatamente; quando aprendem sobre possíveis apoios e intervenções apreciam muito a sensação de serem vistas como pessoas que realmente precisam de ajuda. Qualquer tipo de intervenção ajuda-os porque envia o sinal de que os problemas que enfrentam são, sem dúvida, reais e exigem soluções e ações que não são da sua responsabilidade.

Photo bymentatdgt on Pexels

Assistência institucional inútil

Como acima referido, existem dois principais aglomerados de experiência com intervenção institucional: 1) com instituições estatais (principalmente polícia, tribunais, escritórios de diferentes tipos, escolas); e 2) com organizações não governamentais. É essencial dizer que a nossa amostra de inquiridos foi gerada com o apoio de ONG. Por conseguinte, pode presumir-se que a experiência com as atividades das ONGs será descrita pelos nossos inquiridos como predominantemente positiva.

As experiências com ONGs foram na sua maioria vistas como positivas (cuidar, ouvir, defender, etc.) enquanto as experiências com as intervenções das instituições do Estado foram ambivalentes e por vezes até negativas. Alguns agentes da polícia, professores escolares, ou juízes intervieram adequadamente, enquanto outros o fizeram de forma imprópria ou mesmo violando os seus códigos de conduta profissional.

As questões que os nossos inquiridos estão a abordar são sensíveis e muito pessoais. Um fator chave para lidar com eles quando relatam ou contam as suas experiências é um certo nível de envolvimento pessoal. Ao contrário das ONG e dos ativistas, para os funcionários governamentais, isto é difícil de conseguir. Os nossos respondentes descreveram frequentemente as suas relações com as autoridades como sendo desinteressadas, e por vezes sentiram que os seus problemas basicamente não lhes interessavam, a menos que os incomodassem explicitamente. Em suma, os nossos inquiridos esperavam ser levados a sério pelas autoridades, o que nem sempre foi o caso. Por outro lado, quando interagiam com uma ONG, as pessoas afetadas pelo discurso do ódio eram, e muitas vezes pela primeira vez, vistas como seres humanos com o tipo de respeito que de outra forma não recebiam. Assim, a diferença entre lidar com as autoridades e lidar com as ONG era que os nossos inquiridos viam o pessoal das ONG como sendo útil, empático, genuinamente interessado na sua situação e realmente querendo ajudá-los, mesmo quando as ONG não podiam ajudar porque a sua assistência era limitada (por exemplo, apreender ou condenar o perpetrador do discurso do ódio).

Photo by nikko macaspac on Unsplash

Photo by Bahador on Unsplash

Por outro lado, lidar com a polícia era por vezes entendido como stressante. Alguns inquiridos pensavam que a polícia muitas vezes não tinha interesse genuíno em resolver os seus problemas, ou que o discurso do ódio não era considerado como um problema real. Muitas pessoas dizem que existe uma diferença significativa entre a geração mais jovem de agentes policiais, que são vistos como mais apoiantes, e a geração mais velha, que é frequentemente hostil. Esta situação pode também estar relacionada com a ênfase especial que tem sido dada ao discurso do ódio nos últimos anos. Isto significa que os polícias mais jovens poderão ter uma melhor compreensão e uma melhor formação sobre esta questão do que os seus colegas mais velhos. No entanto, em geral, algumas das experiências dos nossos inquiridos foram angustiantes, e o contacto com a polícia foi cansativo. O próprio problema do discurso do ódio foi ensombrado pelo contacto repetido e difícil com os agentes da polícia, o que resultou numa diminuição da qualidade de vida dos nossos inquiridos.

Esta experiência pode levar à desconfiança no Estado e nas suas instituições. Um número significativo de inquiridos está convencido de que tentar resolver problemas causados pelo discurso de ódio com a polícia é inútil porque nada acontece. Os agressores não serão apanhados, muito menos condenados. Esta experiência também reforça a sua convicção de que é melhor ignorar situações de discurso de ódio, sem reagir e defender-se de ataques verbais.

Em alguns casos, o mesmo se aplica nas escolas. O papel dos professores é criticado em várias ocasiões, mas também descrito como positivo e útil. Uma e outra vez, os aspetos educativos são positivamente salientados, também nas escolas. O comportamento dos agressores e espectadores foi considerado como derivado pela sua falta de educação por parte de muitos.
A conclusão mais significativa retirada das entrevistas a todos os inquiridos é a importância da educação. Isto deve começar com os pais e na escola, e ser apoiado por campanhas online, através de apresentações televisivas ou de vídeo.

Conheça o Jonas

Exemplo 17

É um homem de 39 anos e tem quatro filhos com a companheira.

É angolano e foi estudar para Portugal quando tinha 17 anos. Em Portugal, frequentou o ensino secundário e foi para a universidade, terminando um mestrado em Relações Internacionais. Gostaria de ter estudado Direito, mas isso não foi possível. Enquanto estudava para a sua licenciatura, frequentou um curso de formação de instrutor de condução porque sempre se interessou por leis e códigos da estrada. Desde então, tem sido instrutor de condução.

Jonas lembra-se de um incidente particularmente traumático que teve lugar num Banco. Em 2004, o seu pai tinha transferido algum dinheiro de Angola para Portugal. Jonas foi ao Banco para recolher o dinheiro, mas reparou que o pessoal que lá trabalhava estava muito calado. Após 10 minutos, um grupo de polícias chegou, bateu-lhe na parte de trás da cabeça e algemou-o.

O Banco estava a ser assaltado e os funcionários tinham alertado a polícia. Quando os agentes chegaram, decidiram algemá-lo a ele, a pessoa negra, em vez dos dois assaltantes portugueses brancos que estavam ao seu lado.

Jonas sentia-se impotente, não podia fazer nada, não tinha ninguém em Portugal para o ajudar, e podia até ter sido desacreditado aos olhos dos seus pais. Se os funcionários do banco não tivessem dito que ele não era o assaltante, ele poderia até ter sido preso sem se poder defender. Nem os empregados nem a polícia foram muito sensíveis. Apenas uma mulher disse que ele não era o assaltante e mostrou-se solidária com ele. Os agentes da polícia pediram desculpa, mas não pareceram sinceros. Jonas deixou o banco em sofrimento físico e também com um sentimento que descreve como horrível. Descreve esta experiência como uma mudança de vida, da pior forma possível.

(Não) intervenção individual

Embora muitos aspetos das nossas conclusões sobre o discurso do ódio em toda a Europa variassem, houve um acordo esmagador sobre um ponto entre todos os inquiridos. Um dos fatores essenciais que ajudou a eliminar parcialmente os efeitos do discurso do ódio foi a intervenção de espectadores individuais durante um ataque verbal. Todos os inquiridos relataram que a intervenção pessoal os ajuda imenso. Ao mesmo tempo, porém, todos disseram também que raramente ocorre ou, mais precisamente, não ocorre durante os ataques verbais propriamente ditos. No entanto, é uma parte essencial da "psico-higiene" que se segue a um ataque quando os nossos inquiridos discutem toda a situação com os seus amigos ou familiares. Houve aqui uma diferença significativa com as pessoas cujas famílias compreenderam as suas experiências e, como resultado, foram significativamente mais solidárias. Tipicamente, trata-se de famílias de imigrantes onde o discurso do ódio é vivido continuamente por todos os membros da família. Em contraste, o apoio familiar foi baixo nas famílias onde faltava uma compreensão semelhante, tais como as famílias de convertidos a outras religiões ou pessoas LGBTQ+. Chegavam muitas vezes a "culpar a vítima" dizendo coisas como "Inventaste isso" ou "Porque estás surpreendido? Tens que ser tu próprio a lidar com isto". Nenhuma destas abordagens é realmente o que os nossos inquiridos precisavam de ouvir para serem capazes de lidar com situações de discurso de ódio.

Todos os inquiridos concordaram que o apoio no terreno é crítico. Quer se trate de uma intervenção direta ou de expressar solidariedade após um ataque, é essencial lembrar que nem sempre é útil visar diretamente o atacante com contra-argumentos. Pelo contrário, a vontade de argumentar com o agressor ou retribuir da mesma forma e dizer-lhe o contrário não foi entendida como significativa por nenhum dos inquiridos. Os nossos inquiridos relataram que se alguém os quisesse ajudar, seria útil ficar com eles e fazê-lo sempre com calma e de forma objetiva, sem agressão.

O que também é bastante significativo é o apoio de figuras públicas. As pessoas afetadas pelo discurso do ódio consideram as declarações oficiais de políticos, jornalistas ou celebridades como um apoio importante.

Photo by Colin Lloyd on Unsplash

A tragédia da não intervenção:
Recolha de Citações

"Os estranhos tendem a intervir menos, embora tenha havido casos isolados em que recebi apoio verbal."

"Na experiência do racismo, há um aspeto muito importante, eu chamo-lhe o triângulo do racismo - em termos das pessoas envolvidas. O infrator, a vítima e em terceiro os espectadores."

"A maioria das pessoas gosta de olhar para o outro lado quando não é diretamente afetada pela hostilidade."

"Quando outras pessoas me veem a ser discriminado, isso deixa-me realmente irritado. É muitas vezes assim. Por exemplo, no trabalho. Os colegas veem e não dizem nada."

"As testemunhas afastam-se, não reagem, não querem intrometer-se."

"Tive uma experiência muito negativa com o poder judicial e os meios de comunicação social: relatei a perseguição de que fui vítima e fui deixado sozinho. Nada aconteceu".

"O pior é o silêncio, quando olham para o lado. Isso também faz a diferença. A vítima percebe que, na realidade, está muito só."

"Penso realmente que quando as pessoas intervêm, isso ajuda a parar o discurso do ódio. Quando as pessoas reagem principalmente em grupos, o perpetrador tende a parar".

Recomendações de base

Muitas recomendações e propostas relativas a políticas e atitudes contra o discurso do ódio e a discriminação já foram escritas e promovidas. Destas, mencionamos dois exemplos recentes, um da Holanda e outro da Itália. O primeiro é um relatório sobre a discriminação dos muçulmanos em Utreque publicado em 2020 em holandês e baseado numa pesquisa entre 585 inquiridos. [19] As recomendações estão incluídas no relatório e integrámo-las no Manual como Anexo II.

O segundo exemplo está relacionado com o trabalho da Lunaria. A Lunaria é um membro da nossa equipa e, como organização, tem sido ativa durante anos na investigação de ações antirracistas, da sociedade civil através da monitorização e análise diária e ordinária do discurso do racismo e do ódio em Itália (ver www.cronachediordinariorazzismo.org). Também participaram nos trabalhos da chamada Comissão Jo Cox do Parlamento Italiano. [20] A Comissão Jo Cox sobre Intolerância, Xenofobia, Racismo e Ódio, como foi formalmente chamada, foi criada em maio de 2016 e rebatizada "Comissão Jo Cox" no mês de julho seguinte, em memória de Jo Cox, o deputado britânico assassinado a 16 de junho de 2016. O Comité foi presidido pelo Presidente da Câmara dos Deputados italiana, e os seus membros incluíam um deputado por cada grupo político da Câmara, representantes do Conselho da Europa, das Nações Unidas, do ISTAT (Instituto Italiano de Estatística), centros de investigação e associações cívicas que investigam e fazem campanha contra o discurso do ódio, bem como peritos sobre estes temas. O relatório final foi aprovado pelo Comité na sua sessão de 6 de julho de 2017, após 14 meses de trabalho que incluiu audições com 31 pessoas e recolha de 187 documentos (estudos, documentos de investigação, monografias, registos de dados, documentos de posição). O relatório examina a extensão, causas e efeitos do discurso de ódio e esboça propostas e recomendações para combater o discurso de ódio que foram incluídas no Manual como Anexo III.

Embora já existam muitas recomendações, consideramos, no entanto, útil destacar as mais cruciais que surgiram durante as entrevistas realizadas. A intenção é fornecer recomendações de base e resumir as principais conclusões da nossa investigação e deste Manual.

Photo by Brad Starkey on Unsplash

[19] https://cdn.goserver.nl/art1middennederland.nl/doc/Moslimdiscriminatie2_710494177.pdf

[20] https://www.camera.it/leg17/1264

Respostas e estratégias de reação:
necessidades, desejos e boas práticas

As pessoas afetadas pela discriminação não partilham uma visão comum sobre a melhor resposta a situações de discurso de ódio. De acordo com o humor individual e o contexto situacional, três respostas principais prevalecem, tanto para situações de discurso de ódio online, como para situações de discurso de ódio presenciais:

1) contra-argumentar;
2) ignorar;
3) pedir ajuda.

Embora não exista uma receita única ou um manual de conduta adequada, o que emergiu é que estabelecer limites pessoais para as próprias respostas e ater-se a elas é positivo.

Photo by Jon Tyson on Unsplash

Contra-argumentar

Discussão: Se for seguro e tiver vontade de o fazer, confronte o atacante falando a sua língua, e pergunte-lhe educadamente, mas diretamente, porque está a ser mal-educado. Apresente-se como uma pessoa educada todos os dias. Manter-se calmo, frio e controlado requer autocontrolo, uma atitude que melhora com a experiência. Esta abordagem é válida para situações online e offline.

Exemplo: Quando maltratado no banco, disse um dos inquiridos: *"Também trata outros clientes desta forma? Trata-se de uma interação respeitosa? Porque me tratam desta maneira?"* A estratégia do inquirido levou a um pedido de desculpas por parte do funcionário do banco.

Humor: Ridicularizar, gozar com o agressor e encontrar o lado engraçado da situação também pode ajudar.

Exemplo: Responda com *"Eu também te amo".*

Comunicação não-verbal: Não responder verbalmente, mas usar partes do corpo como olhos, sobrancelhas, rosto, mãos, etc.

Exemplo de um inquirido : *"Um olhar mesquinho é muitas vezes uma boa estratégia. Não significa que a pessoa se cale, mas pelo menos fica irritada".*

Ignorando: Quando não se sentir bem e/ou de bom humor, apenas tente não entrar em conflito, mantenha-se calmo, indiferente, quieto e evite o contacto verbal e não verbal (incluindo o contacto visual).

Na maioria dos casos não está sozinho em situações de discurso de ódio, apesar de ser o único visado. Não hesite em pedir a ajuda de espectadores, testemunhas, amigos, ou familiares se não estiverem a tomar qualquer medida, não só depois, mas também durante o evento em si.

Se a contra-argumentação, ignorar ou pedir ajuda não tiver qualquer efeito, pode ameaçar chamar a polícia. Não o leve a peito, mesmo que seja visado pelo infrator. Não esqueça que a discriminação é um problema estrutural e não tem nada a ver com as suas ações e estilo de vida.

Por outro lado, pode tentar personalizar o agressor, o que é obviamente mais fácil de fazer online. Pode fazê-lo desanonimizando os infratores online e os seus ataques em conversas privadas.

Em termos de uma estratégia de reação a longo prazo, não guarde para si as suas experiências com discurso de ódio. Fale sobre elas quando se sentir preparado para o fazer. Tem várias opções que pode combinar:

Photo by Rineshkumar Ghirao on Unsplash

- Falar com as pessoas que lhe são próximas (amigos, parceiros e familiares, por exemplo) num ambiente privado. Falar com as pessoas que lhe são próximas e que passaram por experiências semelhantes é muito útil porque, como um respondente nos lembrou, **"o sofrimento partilhado é metade do sofrimento".**
- Criar e ajudar a organizar um grupo de apoio às pessoas afetadas pela discriminação. O grupo pode reunir-se as vezes que for necessário.
- Falar com a sua organização de aconselhamento mais próxima que lide com estas questões.
- Consultar um psicólogo ou um terapeuta com quem possa conversar regularmente.
- Falar com os seus superiores sobre o problema que se passa no seu trabalho, ou seja, no seu "território de responsabilidade" - seja um professor, um diretor, um oficial superior, etc.
- Tornar público. Fale com os meios de comunicação social, utilize as suas plataformas de media social, faça da sua questão privada uma preocupação pública e torne as situações conhecidas.

Intervenções:
necessidades, desejos e boas práticas

Ao testemunhar discursos de ódio, **INTERVENHA** imediatamente ou depois e defenda as pessoas afetadas por ele. Não acontece com muita frequência, mas é a intervenção mais bem-vinda e necessária, sobre a qual quase todos os inquiridos concordaram. Como expressa por um deles:

> "As minhas recomendações, desejos e necessidades são mais um apelo às pessoas para agirem: se testemunharem discursos de ódio, devem intervir e apoiar a vítima em frente ao ofensor ou, no caso de não poderem, devem chamar a polícia. "

Ao fazê-lo, fará com que as pessoas afetadas pela discriminação se sintam mais visíveis e, portanto, mais seguras, tanto online como offline, e ajudará a tornar o seu problema real (isto é importante em espaços online). Além disso, vai tirar o vento das velas do agressor, já que ele assim não poderá fingir que fala em nome da maioria silenciosa. Além disso, pode sempre transformar um evento de discurso de ódio numa oportunidade de sensibilização antirracista.

Se alguém é um amigo, um parceiro ou um membro da família de alguém que pode ter experimentado discursos de ódio, deve tentar falar com eles sobre isso, estar interessado, ouvir, discutir e oferecer todo o apoio necessário. Não deixe toda a responsabilidade e funções ativas para a pessoa afetada – esteja lá para eles, seja ativo, pergunte-lhes o que pode fazer por eles.

Se é uma figura conhecida – um político, um jornalista, um influenciador, etc. – expresse publicamente o seu apoio às pessoas afetadas pela discriminação. Defenda-os e tome uma posição clara contra os agressores.

Photo by Andrew Moca on Unsplash

photo by Christina Morillo on Pexels

Quando questionados sobre o apoio institucional, os inquiridos salientaram os seguintes pontos que precisam de melhorar:

- A rede de apoio psicológico deve ser mais densa, acessível, bem treinada e com mais pessoal.
- Devem ser criados gabinetes independentes de reclamações (como é o caso na Bélgica ou na Dinamarca).
- Mais apoio por parte das autoridades locais é bem-vindo, uma vez que são muitas vezes os organismos mais acessíveis às pessoas no seu dia-a-dia: mais dedicados à informação local, campanhas, serviços de apoio, etc.
- As organizações de aconselhamento e as pessoas que trabalham numa educação anti-discriminatória devem estar mais bem equipadas e mais estáveis numa perspetiva de longo prazo; não devem ter condições de trabalho precárias devido a regimes de financiamento instáveis, limitados e de curto prazo.
- O apoio jurídico existente deve ser mais facilmente acessível.
- São necessárias alterações legislativas destinadas a proteger as vítimas que decidam apresentar queixa (ou seja, não serem obrigadas a viajar para ver o agressor, etc.).
- A polícia deve ser mais protetora, solidária e menos ambivalente.

Para além destas etapas concretas, todos os inquiridos sublinham a importância de se focar na educação anti-discriminatória nos jardins-de-infância, nas escolas, no trabalho, em casa, online, na televisão, nos filmes, etc., nomeadamente com:

- Mais tempo gasto a ensinar história e culturas de outros continentes nas escolas.
- Mais jogos interativos.
- Mais intercâmbios, comunicações, debates, abertura nas escolas.
- Uma cooperação mais estreita e mais sistemática entre escolas e organizações que proporcionam uma educação anti discriminatória.
- Melhor formação para os professores.
- Mais campanhas públicas em: 1) Experiências diárias 2) Consequências e efeitos que as situações de discurso de ódio têm nas pessoas afetadas por elas.

Afinal de contas, e de um ponto de vista mais abstrato, todos os inquiridos sublinham a importância de forjar uma cultura de respeito mútuo, de igualdade de tratamento e de coragem civil - uma cultura em que as pessoas são tratadas com respeito, por mais "prestigiados" que sejam os seus empregos e de onde provêm, uma cultura em que defender publicamente as pessoas afetadas pela discriminação é normal, uma cultura onde as pessoas são ouvidas e tratadas como pessoas com nomes, biografias e onde as suas vozes e perspetivas importam.

Photo by NeONBRAND on Unsplash

Respostas e estratégias de reação:
o que não fazer e más práticas

Ao experimentar uma situação de discurso de ódio, tenha cuidado para não:

- Responder com o mesmo ódio e agressividade que o seu agressor.
- Escalar uma situação de discurso de ódio num confronto físico e perder o controlo.
- Levá-lo pessoalmente e procurar vingança.
- Ignorar sinais de depressão, auto-ódio, auto-mutilação e auto-isolamento.
- Começar a acreditar que a culpa é sua e que os insultos podem ser justificados.
- Deixar-se superar por sentimentos de culpa.
- Tornar-se apático e desistir de sonhar e pensar na vida com entusiasmo.
- Ficar sobrecarregado com a discriminação diária em detrimento da qualidade de vida (por exemplo, estar sempre no limite nos espaços públicos).

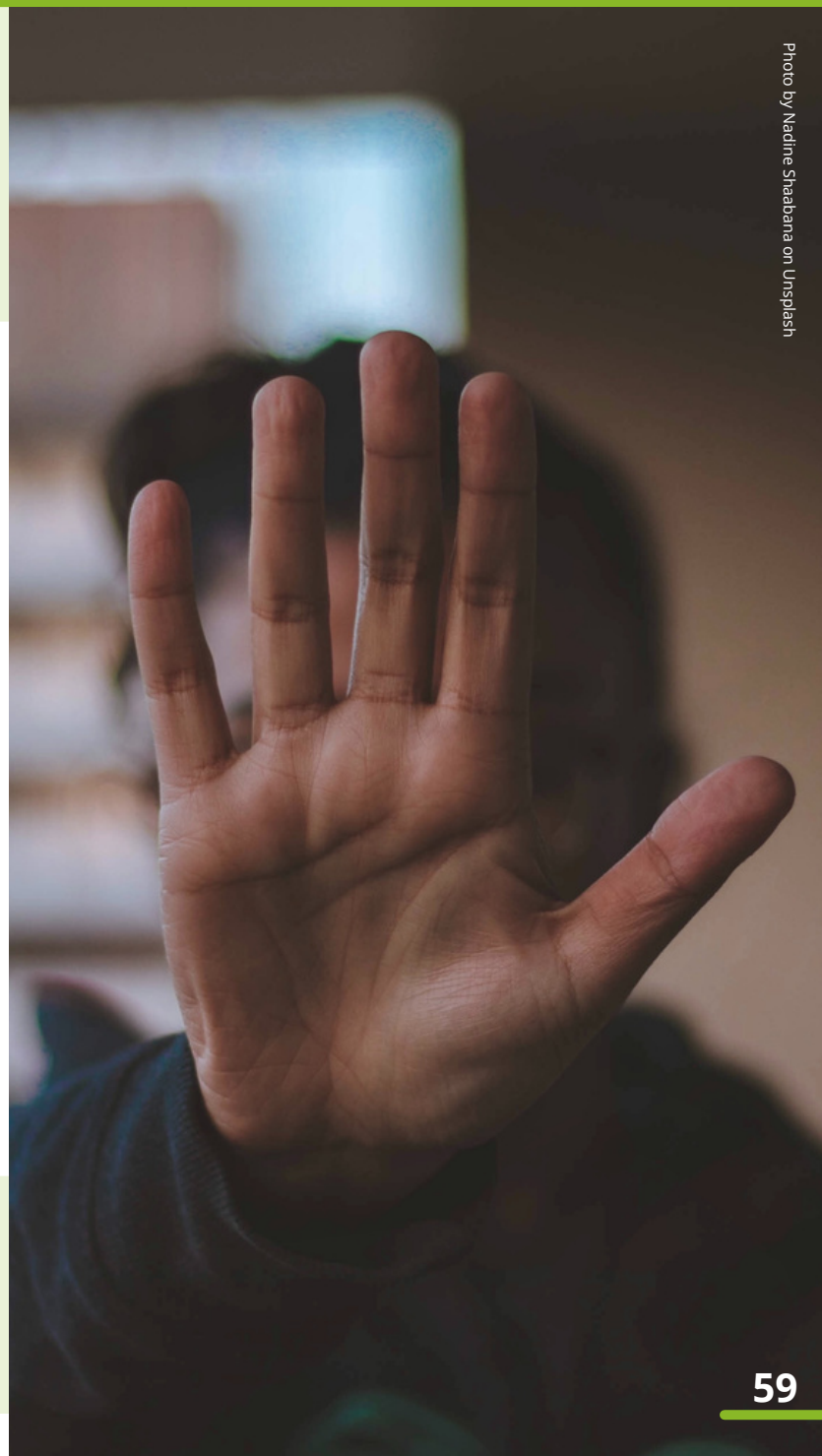


Photo by Nadine Shaabana on Unsplash

Intervenções:
o que não fazer e más práticas

Ao testemunhar uma situação de discurso de ódio:

- Não permaneça em silêncio.
- Não negue o insulto e não finja que isso não está a acontecer.
- Não diminua o insulto, mas leve-o a sério.
- Não se alinhe com o perpetrador e não culpe as pessoas afetadas pela discriminação.

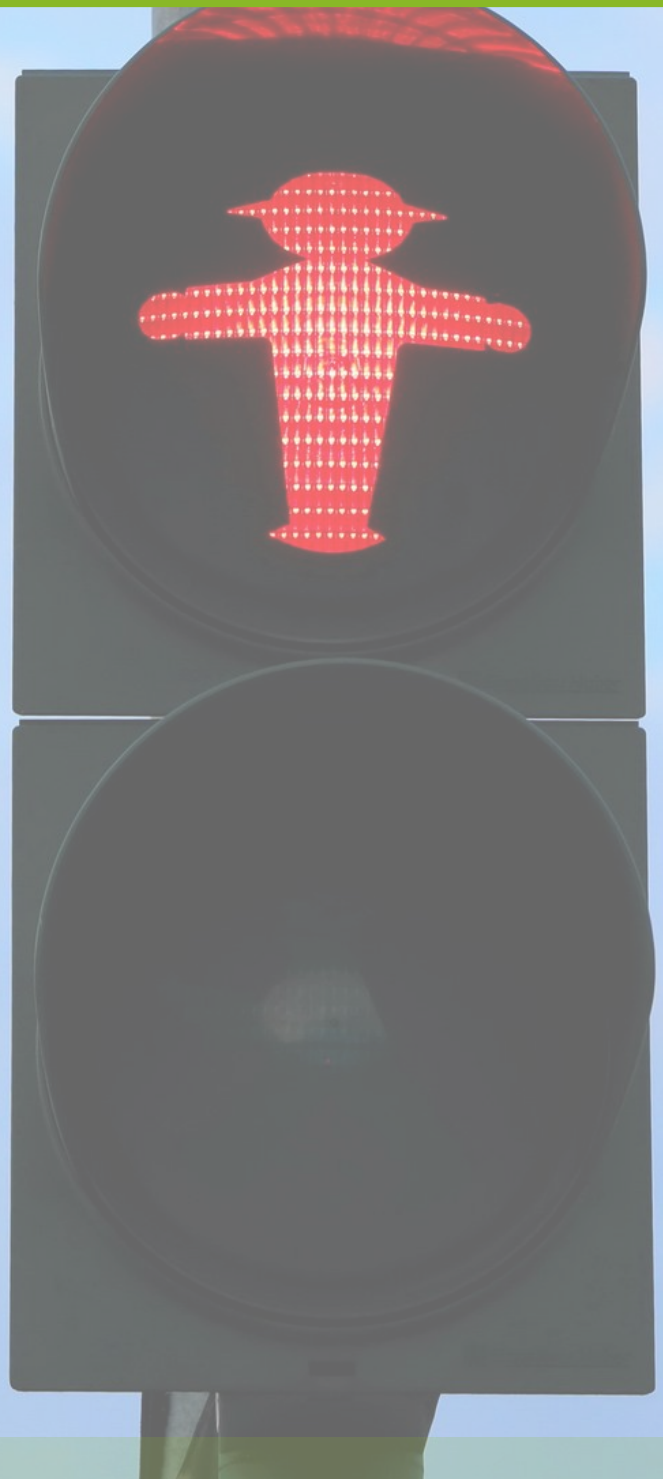


Photo by Mark König on Unsplash

Photo by sweetlouise on pixaby

Se você é um amigo, um membro da família, um colega de trabalho, um colega ou o parceiro de alguém que é submetido a discurso de ódio, não se comunique com eles usando frases como:

"O que espera quando sai assim?"

"A culpa é tua."

"É apenas na internet; não é grave."

Além disso, não obrigue alguém que tenha sofrido uma situação de discurso de ódio a explicar e provar a discriminação.

Se é um funcionário de qualquer instituição e está a interagir com alguém afetado pelo discurso de ódio, trate-os como alguém afetado pelo crime de ódio. Mesmo que não tenham lesões óbvias e físicas, não significa que não estão a sofrer. Leve-os a sério e trate-os com sensibilidade. Quando questionados durante entrevistas sobre problemas relacionados com o apoio institucional, o seguinte é uma lista de falhas institucionais que foram mencionadas:

- A polícia não está disposta a abordar os problemas das vítimas, não os leva a sério, desvaloriza as experiências das vítimas, fala com preconceito, acusa as vítimas.
- Os centros de emprego não estão a fazer nada quando alguém denuncia discriminação ao candidatar-se a um emprego.
- As escolas atuam como bombeiros e extinguem incêndios em vez de adotarem uma abordagem preventiva, informativa e pró-ativa.
- As grandes instituições empurram o problema para debaixo do tapete denunciando-o a uma autoridade superior sem aceitarem a responsabilidade.
- Em geral, as instituições só se concentram nos perpetradores e não prestam atenção à pessoa sob ataque ou em risco de ser atacada.

Photo by Scott Rodgerson on Unsplash

Anexo I. Recomendações do art. 1 da Investigação de Midden Nederland em 2020

Tornar a discriminação denunciada mais acessível e com poucas barreiras.

A investigação mostra que as pessoas raramente relatam as suas experiências de discriminação. A fim de aumentar a vontade de relatar, é importante organizar uma estrutura que seja acessível às pessoas muçulmanas mais velhas e menos instruídas em particular. Estas pessoas nem sempre estão conscientes de que podem denunciar e como o podem fazer. Além disso, nem todos são alfabetizados digitalmente.

Para ultrapassar isto, pode ajudar a deixar formulários de declaração ou formulários para as pessoas se apresentarem em bibliotecas, mesquitas, igrejas, sinagogas ou centros de reunião. Em caso de analfabetismo, os gestores ou os jovens podem ajudar as pessoas a preencher um tal formulário. Para os jovens, pode ajudar a dar-lhes a oportunidade de denunciar a discriminação através dos meios de comunicação social.

A propósito, não são apenas os cidadãos mais velhos e as pessoas pouco instruídas que não estão suficientemente conscientes da possibilidade de denunciar. Nem toda a gente sabe o que a denúncia pode fazer por eles em casos de discriminação. Isto é mais do que apenas o registo de reportagens. Por essa razão, é importante que os locais a denunciar se tornem mais visíveis e que isso estimule as pessoas a denunciar. As próprias autoridades públicas podem também desempenhar um papel neste sentido, fornecendo informação em linha no sítio web sobre as possibilidades de denunciar a discriminação.

Outra forma de tornar a denúncia mais acessível é a criação de um ponto de contacto específico para diferentes tipos de discriminação. Tais como os pontos de contacto para a discriminação muçulmana. Desta forma, a língua utilizada, a comunicação, os símbolos e os meios podem ser adaptados às necessidades do grupo visado e aos problemas e situação específicos do grupo afetado. As testemunhas também têm a oportunidade de relatar. Isto poderia ser mais amplamente divulgado.

Formar representantes de mesquitas e auto-organizações

Foi também mencionado que as organizações antidiscriminação podiam formar embaixadores e representantes de mesquitas e auto-organizações (como Blijf van mijn niqaab af, Al Amal) para que pudessem reconhecer melhor os atos discriminatórios como o antissemitismo, homofobia, islamofobia, e aceitar reclamações, registá-las e encaminhá-las. A fim de poder apoiar devidamente tanto as vítimas masculinas como as femininas, é importante formar tanto homens como mulheres. As queixas podem ser registadas de forma anónima (dependendo da vontade de quem reporta). Quando as pessoas que denunciam querem informação, aconselhamento ou apoio sobre possíveis próximos passos, são encaminhados para um gestor de queixas experiente das organizações.

Photo by Campaign Creators on Unsplash

Tornar mais visível para as pessoas que denunciar faz sentido

Outra conclusão é que as pessoas não denunciam, porque não sentem que valha a pena. Indica-se, por conseguinte, que seria útil que as autoridades públicas publicassem exemplos online, sempre que se torne evidente que a denúncia da discriminação pode ter um efeito e onde, por exemplo, os autores da discriminação são punidos em consequência de um relatório. Se as pessoas virem que a comunicação desta forma pode levar a resultados, a vontade de denunciar pode aumentar.

A este respeito, é mais uma reflexão sobre a adaptação ou o alargamento do objetivo político das denúncias. Se as autoridades públicas declararem explicitamente que a importância da comunicação não é (apenas) processar, mas (também) obter informações sobre até que ponto as pessoas sofrem discriminação, isso também poderia aumentar a vontade de informar. E se as pessoas denunciarem, certifiquem-se, como força policial ou agência anti-discriminação, que os resultados lhes são devolvidos. Por vezes, não há comentários e isso deixa as pessoas desencorajadas e desapontadas e não as convida a apresentarem-se novamente no futuro.

Apoiar vítimas de discriminação

A possibilidade de denunciar é importante, mas não suficiente. As vítimas de discriminação também devem ser apoiadas. A investigação mostra que estas experiências têm um forte impacto emocional nas pessoas. Leva a sentimentos de tristeza, impotência e raiva, as pessoas experimentam stress e são limitadas na sua plena participação na sociedade. Por conseguinte, é importante que haja apoio e assistência (psicológica) para que as vítimas possam obter informações sobre a forma como podem lidar com a discriminação. Os Municípios podem contribuir para aumentar a resiliência, capacitação, autoconfiança e assertividade das pessoas, investindo em cursos de formação.

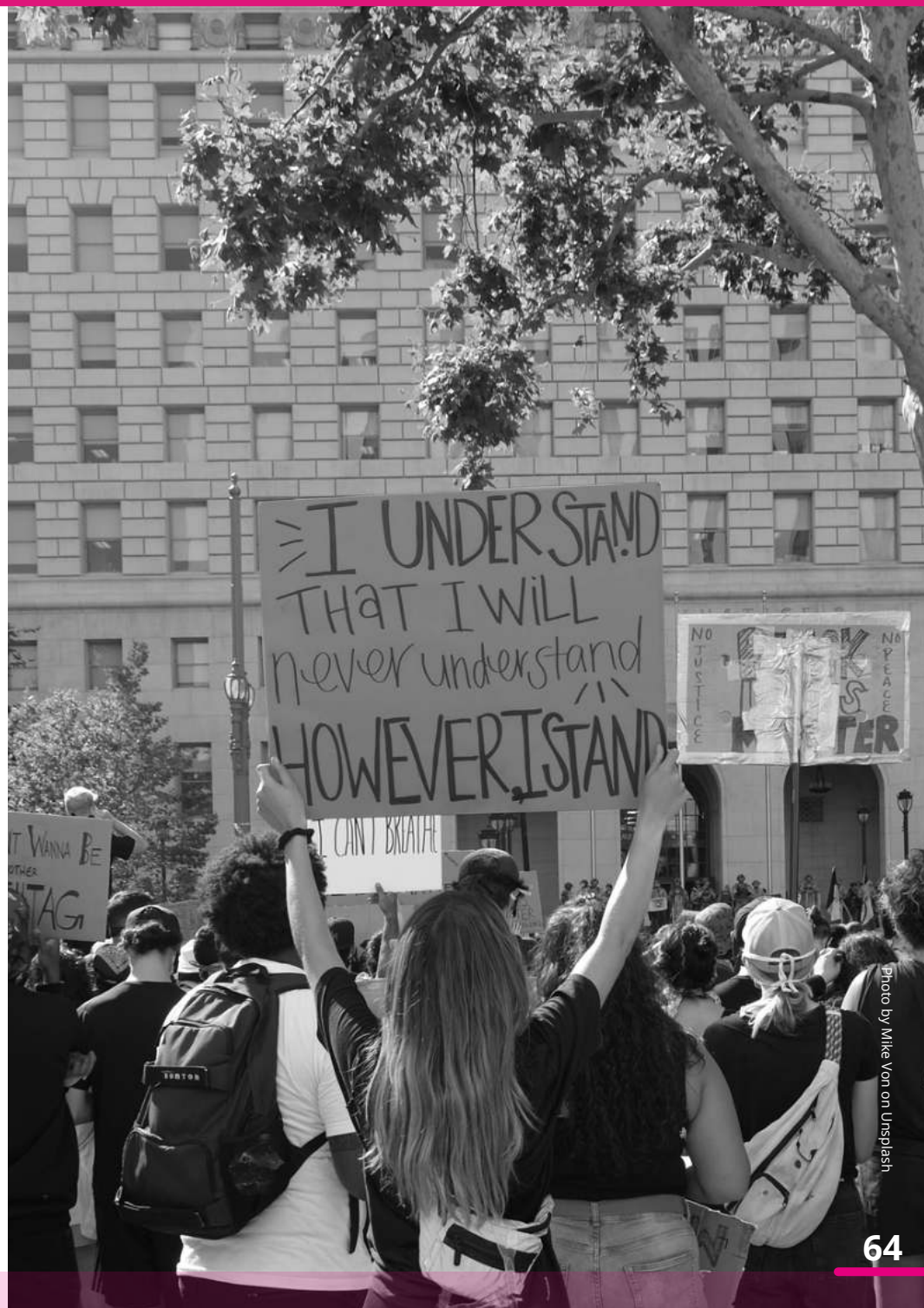


Photo by Mike Von on Unsplash

Dar um bom exemplo como autoridade pública

As pessoas no governo, nas funções públicas e em cargos governamentais também sofrem discriminação. Por conseguinte, é importante que as autoridades públicas deem um bom exemplo, deixando sempre claro que a discriminação não pode ser tolerada.

As autoridades públicas podem igualmente optar por não cooperar com empresas conhecidas por serem culpadas de discriminação. Se o governo não fizer declarações claras e não se deixar ouvir, cria uma imagem unilateral e isso também envia sinais para a sociedade. Por exemplo, para as pessoas muçulmanas, alguma forma de reconhecimento é importante para que as pessoas sintam que o governo está lá para eles e não os discrimina. Se o município e os políticos com autoridade se manifestarem contra a discriminação muçulmana, isso também pode ter um forte efeito na opinião pública.

Em consonância com o que precede, uma representação diversificada na base de dados de pessoal da autoridade pública é um meio importante para mostrar que os grupos minoritários também fazem parte da sociedade. Isto pode apoiar a imagem de que as minorias também podem acabar em posições importantes.

A comunicação governamental também poderia ser mais inclusiva. Isto aplica-se também às organizações de radiodifusão. Recebem dinheiro público, mas nem sempre chegam a todos os grupos.

Trabalhar na perceção positiva dos grupos minoritários

A imagem dos grupos minoritários é por vezes negativa. Isso explica em parte porque é que as pessoas sofrem preconceitos e discriminação. Por esta razão, é necessário prestar mais atenção às histórias positivas de, por exemplo, funcionários públicos com antecedentes muçulmanos, judeus ou surinameses. Eles podem funcionar como modelos que conseguiram alcançar o sucesso apesar de experiências talvez negativas. Foi também mencionada a importância de comunicar o que a identidade holandesa representa. O "holandês" não é apena uma pessoa de cabelo loiro e olhos azuis. É necessário mostrar que as pessoas com uma origem diferente também são holandesas, a fim de ligar grupos. Foi também mencionado que existem formas muito concretas de trabalhar uma tal imagem, por exemplo, tornando a diversidade holandesa visível em cartazes nas cidades e em abrigos de autocarros.

Tornar visível a cooperação entre o governo e as comunidades minoritárias

A maioria dos municípios dos Países Baixos toma muitas ações positivas no que diz respeito à realização de diálogos com vários grupos de pessoas muçulmanas e outros grupos minoritários. Estes diálogos, no entanto, ocorrem principalmente nos bastidores. Entretanto, em frente às cenas, o governo está muito ativo na luta legal contra as pessoas islâmicas controversas. Isto recebe uma quantidade desproporcional de atenção mediática. O resultado é que tanto as pessoas muçulmanas como não-muçulmanas obtêm uma certa imagem do governo e das pessoas muçulmanas. Cria-se a impressão de que esta é a única prioridade política. Por isso, tornar mais visíveis quais as parcerias que existem com as comunidades muçulmanas e em que é que elas são favoráveis, pode ser relevante.

Photo by Adi Goldstein on Unsplash

Contrariar a polarização entre grupos

Organizar reuniões e diálogo entre grupos populacionais para combater as tensões sociais e a polarização. Facilitar, por exemplo, encontros entre alunos de escolas islâmicas e católicas. Envolver pessoas muçulmanas e LGBTQI+ não só em questões de integração e segurança, mas também deixá-los participar em discussões sobre negócios, vida sustentável, vida saudável, o futuro do país ou outros tópicos. Desta forma, as pessoas podem tornar-se mais conscientes de que os muçulmanos e não-muçulmanos também têm interesses e desafios comuns.

Anexo II. Recomendações do Relatório da Comissão Jo Cox, 2017

Seguem-se aqueles que se refletem também nos resultados da investigação e entrevistas do SDD.

Ações horizontais.

- Lançar estratégias nacionais abrangentes para combater o discurso de ódio em todas as suas formas, abrangendo planos de ação específicos para combater a discriminação contra cada grupo.
- Adotar uma definição juridicamente reconhecida de "discurso de ódio" baseada na definição dada pela Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) na Recomendação n.º 15, adotada em 8 de dezembro de 2015.

Melhorar a recolha de dados e o conhecimento de fenómenos.

- Monitorizar a evolução em curso no contexto sociocultural que ameaça dar origem a fenómenos de ódio, discursos de ódio e crimes de ódio, reunindo informações atualizadas e relevantes.
- Assegurar que a recolha de dados se baseie em princípios de verificação e divulgação e que satisfaça as normas europeias comuns.
- Assegurar que os institutos nacionais de estatística documentam fenómenos de ódio.
- Alargar a recolha de dados sobre crimes de ódio para além do âmbito da justiça penal e alargar os critérios utilizados para a definição do que constitui um crime de ódio.
- Reconhecer o sexismo como um motivo discriminatório e uma categoria específica de discurso de ódio.

Ações regulamentares

- Considerar a possibilidade de medidas destinadas a evitar a radicalização religiosa e o extremismo violento, a fim de evitar o aparecimento de fenómenos de ódio e violência.
- Aprovar leis abrangentes sobre a liberdade religiosa que, garantindo o respeito por todas as comunidades religiosas, a liberdade de culto e a dignidade no exercício dos direitos religiosos, combaterão o ódio institucionalizado e a discriminação, tanto a nível nacional como a nível local.
- Subsumir discurso sexista e homofóbico de ódio ao abrigo das leis sobre ódio e discriminação.

- Criminalizar campanhas de ódio (por exemplo, insultos públicos, difamação e ameaças) dirigidas contra pessoas ou grupos por motivos raciais, linguísticos, religiosos, nacionalistas, étnicos, sexistas, homofóbicos.

- Impor requisitos de autorregulação nas plataformas da Internet de modo a derrubar discursos de ódio, impedir que as notícias falsas geram benefícios publicitários e cumprir o Código de Conduta acordado com a Comissão Europeia em maio de 2016.

- Adotar regras anti discurso de ódio sem prejudicar a liberdade de informação na Internet; considerar a possibilidade de tornar os fornecedores de internet e plataformas de redes sociais solidariamente responsáveis pela lei, e de os obrigar a retirar sem demora qualquer conteúdo que tenha sido sinalizado como ofensivo pelos utilizadores.

- Verificar rigorosamente a adequação das medidas tomadas pelos prestadores de serviços de internet para regular eficazmente a conduta ilícita.

Photo by Tingey Injury Law Firm on Unsplash

Iniciativas políticas e institucionais.

- Promover o sentido de responsabilidade entre as figuras institucionais e políticas que influenciam o discurso público e, aproveitando também as alterações introduzidas em dezembro de 2016 ao Regimento do Parlamento Europeu como modelo, adotando mecanismos reguladores para suprimir o discurso de ódio.

- Assegurar que as principais figuras políticas e públicas sejam inabaláveis e resolutas na sua condenação de todos os episódios de discurso de ódio e discriminação.

- Sensibilizar as vítimas de violência para os seus direitos, incluindo o direito à compensação administrativa, civil ou criminal, através do lançamento de campanhas de informação direcionadas, da criação de gabinetes de apoio em gabinetes de assistência social e centros de saúde, e do recrutamento de escolas, associações da sociedade civil e organizações religiosas na campanha.

- Promover e alargar a colaboração internacional com o movimento "Sem Discurso de Ódio" e com a Aliança Parlamentar contra a Intolerância e o Racismo do Conselho da Europa.

Iniciativas culturais e educativas.

- Desenvolver um sistema eficaz de formação para professores e educadores com a assistência de associações para a defesa dos direitos civis e dos direitos das famílias; incentivar a colaboração entre os vários indivíduos e entidades que trabalham para combater a discriminação e o discurso de ódio, tais como institutos de investigação, professores, o poder judicial, os agentes da lei e as associações cívicas.

- Aprovar nova legislação sobre educação e cidadania com vista a fomentar o respeito e a abertura entre culturas e religiões, e a oposição à intolerância e ao ódio.

- Reforçar a educação de género nas escolas para cultivar o respeito pelas diferenças de sexo e orientação sexual.

- Desenvolver programas educativos para o estudo das tradições religiosas, incluindo os seus aspetos históricos, sociais, legais e culturais; conceber programas de educação primária, secundária e terciária para combater o antissemitismo e o racismo, começando com a memória Shoah; promover a literacia mediática e da Internet e encorajar contra narrativas que se opõem ao antissemitismo, à negação Shoah e à islamofobia.

- Reforçar os programas de formação intercultural para os agentes da lei, os membros do poder judicial e as organizações da sociedade civil.

Iniciativas relacionadas com os meios de comunicação.

- Opor-se ao estereótipo e ao racismo, sensibilizando e inculcando um sentido de responsabilidade nos meios de comunicação social, especialmente em linha, para evitar todas as formas de discurso de ódio, que inclui relatórios infundados, falsos e difamatórios.

- Forçar as principais plataformas das redes sociais, como o Facebook, YouTube, Twitter, Instagram e Google a seguirem o Código de Conduta da Comissão Europeia sobre o combate ao discurso de ódio ilegal online, instar-lhes a agir com transparência, eficácia e rapidez na instalação de filtros e controlos, e exigir que removam rapidamente conteúdos ofensivos e incitamentos ao ódio que têm sido relatados por indivíduos ou por associações que atuam em defesa dos indivíduos.

- Exigir que as plataformas das redes sociais criem escritórios com números de pessoal adequados para receber queixas e desativar prontamente o discurso de ódio, para ativar uma função de alerta nas páginas web através da qual os utilizadores podem sinalizar esse material, e para configurar linhas de ajuda para o mesmo fim.

- Exigir que as plataformas da Internet incluam sistemas eficazes de alerta ou alerta precoce para aconselhar os utilizadores sobre as possíveis repercussões criminais da propagação do discurso de ódio.

- Garantir "o direito a ser esquecido" para as pessoas que foram prejudicadas pelo discurso de ódio.

- Apoiar e promover blogs e ativistas "No Hate", e publicações que ofereçam contra narrativas ou patrocinem campanhas de informação contradiscursos de ódio, especialmente se fizerem parte de uma organização, escola ou universidade sem fins lucrativos, nomeadamente através da atribuição de uma certificação "Sem Ódio" emitida pela Aliança Parlamentar contra a Intolerância e o Racismo do Conselho da Europa.

- Exorta os registos nacionais de jornalistas e sindicatos de jornalistas a impor o cumprimento das normas profissionais, investindo na formação e no estatuto contratual dos jornalistas.

Photo by NeONBRAND on Unsplash

Copyright (c) 2023 Smart for Democracy and Diversity - Consortium

Esta publicação está licenciada ao abrigo de uma

Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0(CC BY SA4.0)

sdd-game.eu

Smart
for Democracy
and Diversity